



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 20

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1953

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Instalação da 4.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura

Faço público que, nos termos do art. 41, n.º I, da Constituição Federal e do art. 1.º, n.º 1, do Regimento Comum, a sessão conjunta, solene de instalação da quarta sessão legislativa ordinária da terceira legislatura realizar-se-á no dia 15 do mês em curso, às 15 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, em 3 de março de 1953

Senador Apolônio Sales
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

PORTARIA N.º 1, DE 1953

O Presidente do Congresso Nacional, de conformidade com o disposto no art. 7.º do Regimento Comum, designa os funcionários abaixo-relacionados para constituírem as Comissões de Recepção que deverão funcionar na sessão solene de instalação da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 3.ª Legislatura, no dia 15 do mês em curso, às 15 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados:

DO SENADO FEDERAL

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para receber o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, portador da mensagem presidencial:

Os Diretores Gerais das Secretarias

Luiz Nabuco

Adolfo Gigliotti

Para S. Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo e autoridades eclesásticas:

Aderbal Távora de Albuquerque

Pedro Pereira da Cunha

Para os membros do Corpo Diplomático

Lauro Portela
Philadelpho Seal
João Batista Castejon Branco
Francisco Bevilacqua

Mário da Fonseca Saraiva
Arstêu Aquiles dos Santos
Angelo José Varela
Cid Velez
Antônio Camilo Neto

Para as autoridades civis:

Odenegus Gonçalves Leite
João Alfredo Ravasco de Andrade
Pedro de Carvalho Muller
Francisco de Assis Ribeiro
Rúbens Pinto Duarte

Miguel Gonçalves de Ulhôa Cintra
José de Carvalho França
Wilson Almeida de Aguiar
Paulo Rocha
Hugo Levy

Para as autoridades militares:

Evandro Mendes Viana
Mício dos Santos Andrade
Eurico da Costa Macedo
Jorge de Oliveira Nunes

Geraldo de Andrade Wernick
José Manoel Vilhães
Floriano Augusto Ramos
Carlos Tavares de Lira
Gerson Costa Rodrigues

Para as famílias dos Congressistas:

Eulália Chrockatt de Sá
Benedita Pinto de Arruda
Cecília de Rezende Martins
Myriam Côrtes Greig
Dinorah Corrêa de Sá
Senado Federal, 11 de março de 1953

Lia de Castro Cavalcanti
Sílvia Evelyn Knapp
Dora Pedernêlas Linemann
Maria Luiza Toledo Pereira Reis

Senador Apolônio Sales
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Lima Teixeira
Freitas Cavalcanti.
Victorino Freire
Kerkina do Cavalcanti.
Mourão Vieira
Prisco dos Santos.
Secretário: Luiz Nabuco. (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Caetano Veloso.

Ruy Carneiro.

Lourival Fontes.

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Atílio Vivacqua.

Linneu Prestes.

Daniel Krieger. (2)

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Ruy Palmeira.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. João Villasboas.

Secretário — Mício dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Carlos Lindenberg.

Gomes de Oliveira (1).

Alencastro Guimarães.

Linneu Prestes.

Alô Guimarães.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.

Reuniões às terças-feiras, às 16 horas.

Secretário — Renato Chermont
Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Mourão Vieira

Reginaldo Fernandes.

Mem de Sá.

Ary Viana.

Secretário — Diva Gallotti.

Reuniões — Quintas-feiras, às 11 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
(*) Vivaço Lima — Vice-Presidente.

Lameira Pittencourt.

Ary Viana.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandez.

(**) Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Julio Leite

Othon Mader.

Lino de Matos

(***) Novaes Filho.

Domingos Velasco

SUPLENTE

Gaspar Velloso.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua

Linneu Prestes.

Mem de Sá.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.

(**) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(***) Substituído temporariamente pelo Sr. Luiz Guedes.

Comissão de Redação

- 1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
 - 2 — Gaspar Veloso — Vice-Presidente.
 - 3 — Argemiro de Figueiredo. (2)
 - 4 — Saulo Ramos. (3)
 - 5 — Sebastião Archer.
- (1) Substituído, interinamente, pelo Senador Público de Melb.
- (2) Substituído, interinamente, pelo Senador Sylvio Curvo.
- (3) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
- Secretaria — Cecília de Rezende Martins.
- Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

- Georgino Avelino.
- João Villasboa — Vice-Presidente.
- Lourival Pontes.
- Bernardes Filho.
- Gilberto Marinho.
- Benedicto Valladares.
- Auro Moura Andrade.
- Gomes de Oliveira.
- Ruy Palmeira. (1)
- (1) Substituído, provisoriamente, pelo Sr. Daniel Krieger.
- (2) Substituído, provisoriamente, pelo Sr. Fausto Cabral.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs.
- Secretário: J. B. Gastejon Blanco.

Comissão de Saúde Pública

- Reginaldo Fernandes — Presidente.
- Alô Guimarães — Vice-Presidente.
- Pedro Ludovico.
- Ezechias da Rocha.
- Vivaldo Lima.
- Secretário: Diva Gallotti.
- Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

- Neves da Rocha. — Presidente.
- Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
- Sylvio Curvo.
- Leonidas Melo.
- Fausto Cabral.
- João Arruda. (1)
- (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Otacilio Jurema.
- Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
- Reuniões — Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

- Omar Gomes — Presidente.
- Canado de Castro — Vice-Presidente.
- Alencastro Guimarães.
- Jorge Maynard.
- Pedro Ludovico. (2)
- Sa Pinco.
- Sylvio Curvo. (3).
- (1) Substituído temporariamente pelo Senador Mário Motta.
- (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Ary Vianna.
- Reuniões: As quintas-feiras, às 15 horas.
- Secretário: Romão Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

- Prisco dos Santos — Presidente.
- Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
- Ary Vianna.
- Sa Pinco.
- Canado de Castro.
- João Mendes.
- Mem de Sá.
- Secretária: Juliette Ribeiro dos Santos.
- Reuniões: As quintas-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional.

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Extério	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 34,00
Ano	Cr\$ 76,00
Extério	
Ano	Cr\$ 108,00

- As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.
- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa, por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.
- Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.
- O custo do número atrasado será acrescentado de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Novas Filhos — Presidente.
- Neves da Rocha — Vice-Presidente.
- Sa Pinco.
- Ary Vianna.
- Coimbra Bueno.
- (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Luiz Guedes.
- Secretário — Francisco Soares Arruda.
- Reuniões: As quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

- João Villasboa — Presidente.
- Georgino Avelino — Vice-Presidente.
- Atílio Vivacqua — Relator.
- Willmo Müller.
- Secretário: José da Silva Lisboa.
- Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

- Mathias Olympio — Presidente.
- Domingos Veloso — Vice-Presidente.
- Mendonça Clark — Relator.
- Parafita Barros.
- Coimbra Bueno.
- Ezechias da Rocha.
- Secretário: Francisco Soares da Arruda.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário

- João Villasboa — Presidente.
- Mem de Sá — Vice-Presidente.
- Gaspar Veloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
- Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
- Luizetta Bittencourt.
- Emília de Arruda — Secretário.

Comissão Especial designada para opinar sobre a denúncia oferecida contra o Procurador Geral da República, Sr. Carlos Medeiros da Silva

- Cunha Mello — Presidente.
- Lameira Bittencourt — Relator.
- Argemiro de Figueiredo.
- Sebastião Archer.
- Fausto Cabral.
- Novas Filhos.
- Lineu Prestes.
- Mourão Vieira.
- Mário Mota.
- Prisco dos Santos.
- Gaspar Veloso.
- Atílio Vivacqua.
- Moura Andrade.
- Ary Vianna.
- Alvaro Adolpho.
- Novas Filhos.
- Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

De Mudança da Capital

- Coimbra Bueno — Presidente.
- Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
- Atílio Vivacqua — Relator.
- Alberto Pasqualini. (1)
- Lino de Mattos.

- 1) Substituído temporariamente pelo Sr. Prímio Beck.
- Reuniões — Quintas-feira.
- Secretário — Sebastião Veiga.

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

- Gaspar Veloso — Presidente.
- Bádo Júnior — Vice-Presidente.
- Ruy Carneiro — Relator.
- Argemiro de Figueiredo.
- Senador Lima Guimarães.
- Senador Argemiro de Figueiredo.
- Senador Atílio Vivacqua.
- Deputado Chagas Freitas.
- Deputado Tarciso Maia.
- Deputado João Menezes.
- Secretário — Francisco Soares Arruda.
- Reunião — Quartas-feiras.

Consolidação das Leis de Trabalho.

Senadores

- Lima Teixeira — Presidente.
- Ruy Carneiro.
- Francisco Gallotti.
- Argemiro de Figueiredo.
- Othton Mader.
- Kerginaldo Cavalcanti.
- Julio Leite.
- Emílio Sávio — Vice-Presidente.
- Aarão Steinbruch — Relator Geral.
- Tarciso Dutra.
- Jefferson Aguiar.
- Cunha Mello — Presidente.
- Moura Fernandes.
- Electro Leite.
- Silvio Sanson.
- Lourival de Almeida.
- Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956 que altera a Emenda Constitucional n. 2

- Atílio Vivacqua — Presidente.
- Lima Guimarães — Vice-Presidente.
- Gilberto Marinho.
- Ruy Carneiro.
- Gaspar Veloso.
- Saulo Ramos.
- Lourival Pontes.
- Canado de Castro.
- Argemiro de Figueiredo.
- Alvaro Adolpho.
- Alô Guimarães.
- Mem de Sá.
- João Villasboa.
- Daniel Krieger.
- Sa Pinco.
- Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

- Horácio Laier — Presidente.
- Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
- Gustavo Capanema — Relator.
- Afonso Arinos — Relator.
- Bilac Pinto.
- Batista Ramos.
- Arnaldo Carneiro.
- Felinto Müller.
- Ary Vianna.
- Cunha Mello.
- Coimbra Bueno.
- Juracy Magalhães.
- Bernardes Filho.
- Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

ATA DA 2ª SESSÃO PREPARATÓRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA, EM 11 DE MARÇO DE 1908.

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Lamieira Bitten-court — Sebastião Archer — Victorino Freire — Publico de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacilio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novas Filho — Nelson Firmo — Ezechias da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Atílio Vivasqua — Ary Vianna — São Tinoco — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Lima Guimarães — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Moura Andrade — Domingos Vellasco — Spilho Curvo — João Villasboas — Filinto Müller — Gaspar Velloso — Gomes de Oliveira — Nereu Ramos — Saulo Ramos — Daniel Krieger — Mem de Sá — (53).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão e sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Dispõe o Regimento Interno em relação à Ordem do Dia desta sessão (Art. 2º, Parágrafo único):

“Verificado o quorum referido no art. 33 deste Regimento, proceder-se-á a eleição do Vice-Presidente do Senado, e, em segunda sessão preparatória, no dia seguinte, a dos demais membros da Mesa.”

O Art. 33 estabelece:

“A eleição do Vice-Presidente, dos Secretários e Suplentes de Secretário far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos dos Senadores presentes.

§ 1º Na composição da Comissão Diretora, será observado tanto quanto possível, o princípio de representação proporcional dos partidos com assento no Senado.

§ 2º Para esse efeito, a eleição se fará em quatro cédulas, sendo: uma para Vice-Presidente; outra para 1º e 2º Secretários; outra para 3º e 4º, e uma, finalmente, para suplente.”

Suspendo a sessão por cinco minutos, a fim de que os Senhores Senadores possam munir-se das cédulas para esta votação.

(A sessão é suspensa de quatorze horas e trinta e oito minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à votação, em cédula única, para 1º e 2º Secretários. O Sr. 1º Secretário fará a chamada.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Lamieira Bitten-court. — Sebastião Archer. — Victorino Freire. — Publico de Mello. — Waldemar Santos. — Mathias Olympio. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Octacilio Jurema. — Argemiro de Figueiredo. — Novas Filho. — Nelson Firmo. — Ezechias da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivasqua. — Ary Vianna. — São Tinoco. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Moura Andrade. — Domingos Vellasco. — Spilho Curvo. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Gomes de Oliveira. — Nereu Ramos. — Saulo Ramos. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — (54).

O SR. PRESIDENTE:

Não ser lidos os nomes dos Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 54 Senhores Senadores.

Passa-se à apuração

Recolhidas 54 sobrecartas, número que coincide com o de votantes, que apuradas dão o seguinte resultado:

Cunha Mello — 53 votos;
Fretas Cavalcanti — 51 votos;
João Villasboas — 3 votos;
Vivaldo Lima — 1 voto;
Gomes de Oliveira — 1 voto

O SR. PRESIDENTE:

Proclamo eleito 1º Secretário o nobre Senador Cunha Mello; e 2º Secretário o nobre Senador Fretas Cavalcanti. (Palmas).

Convido Suas Excelências a ocuparem seus lugares.

(Tomam assento, à mesa, os Srs. Senadores Cunha Mello e Fretas Cavalcanti) (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o art. 33, § 2º, do Regimento Interno, passa-se à segunda votação, na qual se sufragam, em cédula única, os nomes dos Senhores Senadores para 3º e 4º Secretários.

Conquanto essa disposição, sendo proclamados eleitos, em cada escrutínio, os mais votados, não podendo o 2º e o 4º Secretários pertencer à mesma bancada que houver dado, respectivamente, o 1º e 3º Secretários.

Suspendo a sessão por alguns minutos, a fim de que os nobres Senadores possam se munir de cédulas.

(A sessão é suspensa das 15 horas e 2 minutos e reaberta às 15 horas e 5 minutos)

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à votação para 3º e 4º Secretários, em cédula única.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Lamieira Bitten-court — Sebastião Archer — Victorino Freire — Publico de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacilio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Novas Filho — Nelson Firmo. — Ezechias da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivasqua. — Ary Vianna. — São Tinoco. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Moura Andrade. — Domingos Vellasco. — Spilho Curvo. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Gomes de Oliveira. — Nereu Ramos. — Saulo Ramos. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — (55).

O SR. PRESIDENTE:

Não ser lidos os nomes dos Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 55 Senhores Senadores.

Passa-se à apuração. São recolhidas 55 cédulas, número que coincide com o de votantes, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Senadores	Votos
Victorino Freire	52
Domingos Vellasco	41
Ezechias da Rocha	11
Novas Filho	3
Cunha Mello	1
Fretas Cavalcanti	1
Embranco	3

O SR. PRESIDENTE:

Proclamo eleitos os nobres Senadores Victorino Freire e Domingos Vellasco, respectivamente 3º e 4º Secretários. (Palmas).

Convido S. Exas a tomarem seus lugares. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

Alinda de acordo com o § 2º do art. 33, do Regimento Interno, val-se proceder à votação para suplentes, em cédula única.

Suspendo a sessão alguns minutos para que os Srs. Senadores possam se munir das cédulas necessárias.

(Suspende-se a sessão de 15 horas e 25 minutos e reabre-se às 15 horas e 55 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à votação para 1º e 2º suplentes.

A votação será em cédula única, sendo 1º suplente o mais votado e 2º o imediatamente colocado, de acordo com a apuração.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Lamieira Bitten-court. — Sebastião Archer. — Victorino Freire. — Publico de Mello. — Waldemar Santos. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Octacilio Jurema. — Argemiro de Figueiredo. — Novas Filho. — Nelson Firmo. — Ezechias da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivasqua. — Ary Vianna. — São Tinoco. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Moura Andrade. — Domingos Vellasco. — Spilho Curvo. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Gomes de Oliveira. — Nereu Ramos. — Saulo Ramos. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — (56).

O SR. PRESIDENTE:

Não ser lidos os nomes dos Senadores que responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à apuração.

São recolhidas 53 sobrecartas, número que coincide com o de votantes, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Mathias Olympio 53 votos
Prisco dos Santos 39 "
Spilho Curvo 11 "

O SR. PRESIDENTE:

Proclamo eleitos os nobres Senadores Mathias Olympio e Prisco dos Santos, respectivamente, 1º e 2º suplentes.

Considero-as empacadas. (Palmas prolongadas).

Sobre a mesa ofício, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

OFÍCIO

Em 10 de março de 1908.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. e por seu alto intermédio ao Senado Federal, que, em virtude de entendimentos entre os Partidos que compõem a maioria desta Casa do Congresso, ficou assim constituída a liderança a que obedecerá esse conjunto de bancadas:

Líder da Maioria — Senador Filinto Müller.

Vice-Líderes — Senador Gaspar Velloso, Senador Lima Guimarães, Senador Gilberto Marinho.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

O Ofício vai à publicação.

Terminada, como se acha, a composição da Mesa, a Presidência julga oportuno lembrar as providências que devem ser tomadas para a escolha das Comissões Permanentes. Sobre o as-

sunto, o Regimento estipula o seguinte:

"Art. 60. No dia imediato ao em que se completar a eleição da Mesa, reunir-se-ão os líderes dos partidos representados no Senado para o fim de fixarem, na forma da Constituição Federal, a participação de cada bancada nas comissões permanentes.

§ 1.º Estabelecido, assim, o número de componentes de cada comissão, pelo critério das bancadas, os respectivos líderes entregarão à Mesa, até quarenta e oito horas depois, a indicação nominal dos seus representantes nas mesmas comissões.

§ 2.º Em caso de não cumprimento do disposto neste artigo, a eleição se fará por escrutínio secreto, mediante cédulas contendo tantos nomes quantos os lugares a preencher, sendo eleitos os mais votados e assegurada, sempre, a representação partidária proporcional na forma da Constituição e do disposto neste Regimento".

A Mesa pede, pois, aos Srs. Líderes o obsequio de ajustarem entre si a participação das suas bancadas nas Comissões Permanentes, fornecendo-lhe, em seguida, as respectivas indicações nominais, de sorte a que, ao se iniciarem os trabalhos da sessão legislativa a instalar-se no dia 15 do corrente, os órgãos técnicos da Casa já estejam em condições de funcionar.

Aproveito o ensejo para lembrar aos nobres Senadores que, no próximo dia 15, às 15 horas, na Câmara dos Senhores Deputados, haverá sessão de instalação do Congresso, para a 4.ª sessão legislativa ordinária, da 3.ª legislatura.

Meus agradecimentos aos nobres Secretários que deixaram de compor a Mesa do Senado, pelos valiosos serviços prestados.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às quinze horas e cinquenta minutos.

O SR. PRESIDENTE:

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND, NA SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 1957, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Estado-Leviatã e a capitulação dos partidos políticos, diante da ofensiva, cada dia mais voraz, em busca da dilatação dos monopólios.

A dependência econômica é o caminho mais reto da servidão política. — No Senado Federal, o Sr. Assis Chateaubriand mostra a cidadela da livre empresa, ameaçada de ser destruída pelos golpes de um estado autoritário e, portanto, antidemocrático. — A questão das matérias-primas tropicais, brutas e vegetais

O Sr. Assis Chateaubriand pronunciou no Senado Federal, no dia 25 de junho do ano findo, a seguinte oração:

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

A nomeação que recebi do chefe do Estado Federal para um cargo diplomático só se tornará efetiva em virtude de compromisso, que devo assumir, para enicar no exercício da função que me foi por ele confiada. Esse compromisso não o pude, por circunstâncias totalmente alheias à minha vontade, ainda prestá-lo. Digam por aí línguas ácidas que já toquei na ajuda de custo. É uma crueldade para com a cecência da Casa. Como permitido lhe fora ratificar a escolha de mandatário ao vulgar no seu selo, sem a repugnância indispensável para vomitá-lo do seu elenco, a Câmara senatorial? Sei que

existe por aí um juiz de alto coturno, chapado de cinismo, velhaco, alcoveta de ricoço de São Paulo, que se prepara para alegar esta miséria fútil. Desmascaro, desde logo, o portador vil de uma toga, que não lhe cobre sequer as pustulas, porque estrangalhada por atos de leviandade e de difamação notoriamente conhecidos. Não recebi ajuda de custo nem assumi compromisso para o desempenho de outro munus público que não este de senador pelo Maranhão. Na plenitude, pois do exercício do mandato que me confiou o eleitorado maranhense, sinto-me no dever de continuar nesta tribuna, a me matar por aquelas causas que se ligam à capacidade de sobreviver da nossa terra. Não importa que este mandato eu o tenha por duas semanas, ou dois meses. É bastante que legalmente não o haja perdido, para pô-lo ao serviço dos sonhos e dos planos que me animam a fim de promover a felicidade do meu país. E o Senado para mim um corpo vivo, uma consciência alta, através do qual me comunico com os brasileiros.

Constitui, por certo, a imprensa uma maneira do indivíduo comunicar-se com as massas. O rádio outra. A televisão ainda outra. Tem, contudo, a palavra neste recinto cores complementares. O Senado é um prodigioso cenário típico. Jornais, rádio, televisão recolhem o verbo, e se incumbem de transmiti-lo a todos os pontos do quadrante nacional, nas expressões sucessivas das suas respectivas modalidades. Nunca fui aqui um parlamentar, que tivesse vivido na solidão moral daqueles que não sentem as responsabilidades da sua função. Reconheço que não sou um orador assíduo à tribuna. Ao contrário, vivo mais distante dela do que presente; isto, porém, não dá para violar em mim o hábito, peculiar a um homem do Parlamento, de debater os problemas que se agitam dentro da órbita da minha ação de estudioso das questões da economia e da política.

POLÍTICA E DIPLOMACIA

No dia em que trocar este clima pelo da atividade diplomática, o emprego da inteligência no outro campo da atividade internacional, estou certo que me trará a nostalgia desta casa. Aqui a ação é mais vizinha de nós, mesmos, a estrutura do movimento depende mais de nós, escapa menos a nossa intervenção no ritmo das coisas. Singular o destino da política interna para aqueles que gostam de intervir no compasso dos acontecimentos! Como controlar verdades e crises que se desenrolam num palco, onde, quanto mais novatos nele nos apresentamos, mais estranhos somos ao desenvolvimento da ação política e suas facetas? Nas pistas do campeonato interno o animal humano corre mais livre, mais primitivo, mais sacudido pelo ímpeto indomável das paixões, peculiares à sua natureza. A "finesse" da ação diplomática age como um corrosivo, da nossa espontaneidade. Três quartas partes do que somos, no campo da política externa, corre por conta das missões que temos que desempenhar e dos coletes de ferro dentro dos quais nos deixamos comprimir. O emprego da nossa personalidade na intriga dos costumes e dos caracteres do jogo internacional, significa um teatro onde, neste, pouco surge do nosso foro pessoal. Como se torna cada vez mais ridículo um patriotismo arido e teatral num mundo de soberanias castradas que vivem lá fora! Noventa e nove por cento dos brasileiros dos nossos dias são legiões de retardados, que se deixam transportar para fora da vida real. A América Latina é ainda a mais fabulosa sementeira de heróis do nacionalismo, com a sua memória de raquí-

ticos, de anões, fazendo (empregamos a expressão de Montaigne) o seu jogo à parte. O nosso compatriota espicha os olhos por cima do Pão de Açúcar e enxerga cada um dos seus diplomatas em estado de exaltação corneliana, orgulhoso, cívico por excelência, a combater as vantagens imperialistas que tentam devorar o corpo do Brasil! O que é trágico é que esses sentimentos pomposos, tanto têm de violentos quão de sinceros. Não falta mesmo, aos elans generosos de milhões de nânicos indígenas, uma certa grandeza d'alma.

REDEÇÃO DO PRESIDENTE

Não vim, porém, senhor presidente, à tribuna, para apreciar a enfática posição dos brasileiros, que se encontram aqui dentro deslocados numa órbita emocional, que nada tem de parecido com o mundo que se agita e passa lá fora. Bem mais modestos, bem mais simples são os assuntos que pretendo ferir e debater, hoje aqui, graças à proverbial obsequiosidade dos velhos companheiros de lide da Casa.

O Sr. Onofre Gomes — V. Ex.ª é um permanente animador de controvérsias, convidando o Senado a aceitar debate que interessam à causa pública.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado, caro colega, a V. Ex.ª que me atribui um papel, que não tenho nem nunca tive na Casa do Marquês de Olinda, do Visconde do Rio Branco, de Ruy Barbosa e Francisco Sá.

Disse o nobre Senador Arthur Bernardes filho uma frase bastante original e pitoresca, faz algumas semanas, da tribuna do Senado. Ele nos conclama a todos para emancipar o presidente da República de pelotões bárbaros que o cercam.

— "Vamos libertar Juscelino Kubitschek" — exclamou o chefe do PR. A frase não tem apenas a sonoridade da beleza exterior. Ela traduz o choque psicológico, que deveria ter abalado o jovem Senador mineiro ao constatar que o seu e o nosso candidato, não se move aqui ou em Brasília, com a liberdade de movimentos que ele desejaria atribuir-lhe. Isento quanto ao poder de iniciativa do presidente, o líder republicano se dispõe a intervir. E lança o grito de redenção, ou seja, a marcha para a Jerusalém, onde os infiéis fazem seu prisioneiro o profeta.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ouvimos V. Ex.ª com satisfação.

O Sr. Gomes de Oliveira — Prisioneiro, nós sentimos o chefe do Estado, talvez de algumas idéias, como a de Brasília que não abre novos caminhos para o Brasil, sobretudo nesta hora, que não resolve o problema atual que é o econômico com a inflação.

MERCADO INTERNO E NACIONALISMO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu gostaria de entrar na jornada libertadora do primeiro magistrado para fazê-lo participar de um capítulo da história em que me comprazera de ver mergulhados os brasileiros: o enriquecimento do mercado interno nacional. Eis um ponto fundamental para a política econômica do chefe do Estado. Não duvido que este organismo cresça do lado industrial. Mas nem desse lado se excetuamos esta ou aquela atividade. Que parque primitivo que ainda é o nosso parque manufatureiro, sobretudo o das indústrias leves! Aqui nada produz, com efeito, mas quase nada com a preocupação de exportar — o que é a calamidade das calamidades. Nem os tecidos, com o dólar de 104 cruzeiros — a debilidade do poder aquisitivo do nosso dinheiro permite se vendam lá fora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Neste caso, que a água procure o seu nível: se o dólar de 104 cruzeiros não dá para exportar, que se vá ao de 130 e 150, porque evidentemente aqueles não traduzem a realidade do panorama cambial. O erro está em não exportar, seja a taxa que for, contanto que ela traduza o "fato concreto" da nossa moeda.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não estou longe de concordar com V. Ex.ª, porque encontro na verdade muita taxa por aí, que não significa a verdadeira posição do dólar, da libra, do florim, do escudo em face do cruzeiro.

O Sr. Gomes de Oliveira — Nesse caso suscitamos em boa té os assuntos de interesse geral que V. Ex.ª está habituado a debater com a Casa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Outra coisa não é a cultura. Cultura é controversa, cultura é discussão. Os problemas do Brasil não pedem senão que eles sejam controvertidos, em seu aberto, com espírito largo para demonstrar que o monopólio do patriotismo é mais catastrófico que o da Petrobrás. Quanta irresponsabilidade não corre mundo por conta de uma miséria elite, ancorada em tezes superficialmente montadas para se dar ao ocio de não investigar nem os caminhos verdadeiros da educação. Duvido que exista povo mais desesperado da inteligência das suas classes dirigentes, sejam elas de que partido forem, para resolver os problemas, do que o nosso.

O partido vencedor, que subir ao poder amanhã, é o responsável pela mesma carilha miudinha pela qual é responsável o que foi batido ontem. Resolveu-se aqui julgar a humanidade, que está lá fora, como a causadora de todos os males que nos afligem. Existe, no Brasil, uma sentença passada em julgado, segundo a qual as desgraças, que são as decepções do homem brasileiro, foram provocadas pela confiança que ele depositou na colaboração de fora para a exploração e desenvolvimento da sua economia potencial. Até o dinheiro do estrangeiro foi uma maldição. A cupidize com que aqui entrou se reflete mesmo nas suas realizações aqui existentes. A grandeza desse quadro, pintado por um nativismo inferior, cria a atmosfera moral que nos sufoca. Não há apelo à razão capaz de matar o veneno destruidor que instala um estado de espírito incapaz de ver e raciocinar, para se chegar ao desarmamento de sua tensão, ainda longe de corresponder a nenhuma das exigências vitais do Brasil.

COMUNIDADES DE IDEIAS

Gosto de debater, todas as vezes que posso, a horrenda deformação psicológica do nacionalismo brasileiro. Ele vive em antagonismo contra todos os interesses específicos da nação. Nega e viola uma tradição de assistência material, desde os albores da independência, para a organização econômica, política e administrativa do Império e da República. A sua reação só tem trazido consequências nocivas para o nosso progresso contemporâneo. Esqueçamos que o mundo dos dias que passam é cada vez mais um mundo de solidariedade e de comunidade de interesses e ideais. Como nós mesmos fazemos, por nossa conta, por conta das nossas concepções estreitas, difícil a vida da nação brasileira! Já somos uma das massas geográficas mais pobres do planeta, se excluirmos as manchas de terra roxa do centro-sul, o massapé do nordeste, e manchas também do Rio Grande do Sul e belos tratos do solo maranhense, nos fertilíssimos vales dos seus rios navegáveis. Já será fortuna que o Brasil atraia capitais e braços. Pois a histeria comum-jacobina procura, entre nós, hostilizar as maiores forças susceptíveis de oferecer, com técnica,

capitais e braços, para a sobrevivência do Brasil.

FONTE DE ANARQUIA

A Petrobrás não passa, hoje, mais do que um partido político, consagrado a agitações de índole social e eleitoral. Com o dinheiro que malbarata podíamos incentivar a educação do povo, melhorar a sua saúde, executar reformas na administração pública, expansão da técnica agrícola, com aproveitamento muito maior para o país do que as conferências esporádicas do coronel Janari-Nunes e os milhões de cruzeiros que ele desbarata com a imprensa filocomunista do norte e sul. Não tenho ideia de ter visto outra repartição distribuir o dinheiro que larga, com mão vadia, a Petrobrás, levada pelo objetivo, não tanto de conquistar a confiança nacional para o monopólio do petróleo, que tem, mas para incentivar um clima de anarquia coletiva, capaz de nos levar até ao sacrifício do regime.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer. V. Ex.^a, é dono da hora. Sou aqui apenas um intruso, graças à nimia gentileza do ilustre colega.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Deixe a Mesa especialmente para prestar homenagem a V. Ex.^a

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço a V. Ex.^a a delicadeza do gesto.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sabe V. Ex.^a que não estou certamente incluído nas palavras com que V. Ex.^a tanto honrou alguns dos nossos colegas, senadores que têm o propósito de salvar o país através de uma atitude simpática a V. Ex.^a, de vo dizer, entretanto que, se há culpa nesse clima a que se refere, essa culpa vem justamente da parte dos elementos que combatem a Petrobrás. Votada a lei, iniciada a fase de experimentação, e ainda essa fase não se desenvolvera, e já a campanha tomara vulto extraordinário, sob todo e qualquer aspecto. V. Ex.^a bem há de ver que não são realmente os simpatizantes da Petrobrás os que causam essa insatisfação, ou essa desinteligência a que V. Ex.^a se refere, e sim os elementos da oposição ao monopólio estatal. Essa a ressalva que queria fazer à brilhante oração de V. Ex.^a.

GOSTO DE CINZAS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, em primeiro lugar, rejubilo-me que o nobre senador pelo Rio Grande do Norte houvesse deixado a Mesa para renhir com seu obscuro colega do Maranhão.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Para mim é grande satisfação, mormente quando V. Ex.^a anuncia que dentro de pouco tempo terá de nos deixar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acreditem a Casa e V. Ex.^a: levando recordações imperecíveis do elevado nível de educação política do Senado. Passei aqui os dias mais felizes da minha vida pública. Estou convencido de que foi uma boa estrela que me trouxe à Câmara senatorial. Sem o Senado, os temas que defendendo não teriam encontrado a repercussão que se me depára pelo país fora. Está caixa acústica tem ecos surpreendentes.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a, há de permitir que diga que, se alguma justiça me deve ser feita nesse particular, é a da fidelidade às minhas ideias. V. Ex.^a sempre me encontrou com este ponto de vista; e ainda não tive motivo para me arrepender. Modestia à parte, é o

ponto de vista que deve ser trilhado pelo povo brasileiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É um critério que respeito na sincero combatente que é V. Ex.^a. Ele, contudo, não tem substância de convicção para mudar os meus caminhos e tampouco o de milhares de compatriotas nossos, insurgentes contra essa massa criminosa de monopólios estatais que se multiplicam todo o ano, dentro do corpo financeiro federal, para chamá-lo mais do que ele está. Sinto uma infinita tristeza, quando vejo o Congresso sustentar esta série de ambulatórios, enfermarias e hospitais, que se chamam as autarquias do Brasil. Quem não será um desencantado do funcionamento de qualquer desses organismos em torno dos quais, o que existe é um vazio enorme, dada a ineficiência do corpo parasitário de todos eles?

Por que preço paga o contribuinte brasileiro a campanha que fizeram os nativistas para a nacionalização das estradas de ferro, cuja maioria se encontrava nas mãos da iniciativa privada?

Quinze bilhões de cruzeiros anuais, ao lado da decomposição física da maioria das ferrovias, hoje em poder do Estado Federal, vai ser o déficit, só o déficit de 1957. É preciso ter uma consciência rudimentar e um patriotismo primário para, diante de tamanha cova de cacos com o nome de administração, insistir-se em reclamar mais monopólios para os governos estaduais e federal. O Estado Novo era um arremedo de estrutura fascista. A ele se devem as tendências monopolistas ainda mais accentuadas, que levaram a máquina de tantos serviços bem executados, mediante concessões a organismos privados, à ruína em que se encontra. Há poucos dias, um ministro de Estado contava-me que somente uma estrada de ferro, com mais de 100 milhões de déficit mensais, despende seis milhões de cruzeiros por mês, em termos de propaganda.

Não se pode deixar de sentir aquela "gosto de cinzas" na boca, de que falam os franceses, ao ter que mastigar horribéis bocados dessa natureza. A mediocridade de legislativos e executivos brasileiros costuma exceder-se em responsabilidades esmagadoras para a gestão financeira do Estado Federal. Nós não as suportamos. Elas ultrapassam os recursos da economia nacional. Um povo, destituído de reservas conhecidas de carvão de pedra e de petróleo não poderá pensar em viver tentando abarcar o mundo com as pernas, como o faz a União Brasileira. O nacionalismo caricatural supõe que a sua megalomania, nesse terreno, o Estado Federal tem meios para pagá-la. Mas ele se ilude.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas isso é evidente; sabemos que num país como o nosso, sem carvão nem outras fontes de energia, o seu papel civilizador não se pode desenvolver com a rapidez com que desejávamos ver, nós os nacionalistas.

CARVÃO E CIVILIZAÇÃO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Gosto de ouvir, nobre colega, depois que voltou da Europa, falar no papel preponderante que o carvão exerce sobre o destino da humanidade.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sempre falei aqui do fator desempenhado na civilização pelo pão negro, inclusive o do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Verificamos com satisfação que o tupiniquim se deixa insensivelmente cativar pelos princípios da economia da máquina a vapor do homem

branco. E' a influência das difusas vibrgens de V. Ex.^a a Europa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A Europa o que me deixou foi a impressão de um conjunto de povos de civilização antiga. Não direi decadentes, mas de níveis de civilização superados.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De uma caudada pretendo matar dois coelhos. Todas as camadas do nosso carvão são pauperísimas, como sei acontecer com o carvão de pedra das regiões tropicais e subtropicais. Não há esperar grandes coisas desse combustível, que devia ser queimado na boca das suas minas, por não suportar fretes ferroviários nem marítimos.

Quanto à Europa, com civilizações superadas, depende dos países que V. Ex.^a visitou. Toda a Europa ocidental realizou etapas de progresso depois da última guerra, que surtaram os seus padrões anteriores a 1939.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Realmente, há carvão melhor que os do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' que fazem os trens correrem e os navios desenvolverem o número de nós para os quais foram construídas as suas máquinas propulsores.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A verdade é que esses carvões podem produzir o coque metalúrgico, do qual, numa emergência, o país pode lançar mão, para sustentar sua economia. Aliás, já o vimos na última guerra; portanto, não depreciemos tanto nossas possibilidades.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que o nobre colega sustenta acerca do coque metalúrgico está certo, até porque todo o carvão dá coque. O que resta a saber é quantas toneladas de carvão são necessárias para produzir uma de coque. Assim se verificaria o valor comercial do coque, por tal forma produzido. O nosso coque resulta antieconômico, posso dizer à Ca a. E' me familiar o problema porque o estudo desde 1918, quando era advogado de empresas de serviços públicos, consumidoras de carvão, e por isso terrivelmente prejudicadas por uma proteção dispensada ao similar nacional, que não estava nem está em condições de competir com o produto estrangeiro da Europa e dos Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Realmente, colocada a questão como V. Ex.^a a situa...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Desculhe-me V. Ex.^a a interrupção, mas insisto em dizer que conheço o carvão de pedra do Brasil para afirmar que ele não dá coque metalúrgico, raciocinando-se em termos de economia comercial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Quería apenas ponderar que, situada a questão como V. Ex.^a a colocou, V. Ex.^a tem razão. Temos, entretanto, que encarar outros fatores, inclusive emergentes, que não podemos desprezar na defesa de um país da extensão e significação do Brasil. Com a dívida vênica, é isso que V. Ex.^a não está encarando devidamente.

PATRIOTISMO E ATRASO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tinha o nobre colega a certeza meridiana de que noventa por cento das vicissitudes por que passa o nosso país vêm da forma inferior pela qual aqui se interpreta e se sente o patriotismo. Se ser patriota é vibrar dentro de uma gaiola de ferro de ursos isolacionistas, a sorte que nos aguarda, amanhã, há de ser a mesma dos regimes fascistas, que levaram Alemanha, Itália e Japão à guerra e à derrota militar.

Nenhum país novo, da classe do Brasil, na dependência do exterior, se quase tudo o que é indispensável ao seu progresso, logrará sobreviver, movendo aqueles Estados, que são os inimigos que podem ajudá-lo, a sustentar a sistemática que lhes dirige aqui. Existe uma forma de patriotismo entre nós, cuja ação só tem sido funesta para os destinos da nação. Ele vem desde o período colonial, e sua fúria sopra, logo nos albos do Primeiro Reinado, sobre a inconsciência de espíritos atraídos, decididos a confundir nos acontecimentos capitais da evolução nacional, o patriotismo com a patriotada, o sentimento do dever cívico com o nacionalismo grosseiro, a xenofobia recambalesca com o ideal de soberania, o totalitarismo nefelibata, com os verdadeiros interesses do povo. Já Mauá, às vésperas com os capitais da City, e únicos disponíveis na época, era tomado como um agente perigoso da finança estrangeira. Recusamo-nos olhar a obra extraordinária de educação popular que o Exército realizou nesse momento no Peru. Levado pelo pulso seguro do general Odría, ele arrebatou a pátria à cruel tirania de uma minoria esquerdista, a qual imparedava o Peru dentro de uma muralha de ferro, obrigando-o a abrir o sinistro badalar dos sinos do Kremlin. Está o Peru, hoje, redimido de uma das piores ditaduras de massa tendo os próprios líderes "apriistas" renegado as suas teses suicidas, que só fizeram comprometer o desenvolvimento do país. O ano passado eu encontrava em Paris um líder apriista dos mais inteligentes. Ele se lamentava dos falsos caminhos pelos quais, durante tantos anos, havia conduzido a sua nação. Regressou à frase de Samuel Johnson, sob o reinado de George III:

— "O patriotismo é sempre o deradeiro refúgio da canalha".

O meu lúcido interlocutor concordou comigo. Fiz-lhe ver que a América Latina, indo ao encontro da Rússia, só fazia embaracar o seu progresso. Os russos só têm que dar a humanidade a escravidão, sob as cores de todas as suas formas, desde a escravidão intelectual até a política e a religiosa. E não tem finanças com que colaborar na expansão das fontes de riqueza de nenhum povo, que se alie ao seu trem de usurpação econômica e de indecência mental, na esperança de encontrar recuperação material ou prestígio da inteligência.

FALSOS CAMINHOS

Aqui se tenta fazer nacionalismo econômico e político, senhor presidente, depois de Hitler cremado e Mussolini enterrado, a União da Europa, a Alemanha e o Japão renascidos ambos, graças ao apoio financeiro e econômico dos Estados Unidos, que lhes abateu com o gládio o desvario do orgulho nacional. Estamos atrasados com a história, de 27 anos. Fala-se nas malocas brancas do Brasil uma linguagem que o mundo civilizado não mais entende, porque ela era dos ditadores canhestros de 1933.

Morto este nacionalismo agressivo e ridículo dos ditadores xenófobos europeus e japoneses, o Brasil tenta ressuscitá-lo, juntamente com o coronel Nasser, erguendo anatemas contra os povos livres, que estão dispostos a nos tirar, como estão tirando, da Idade Média em que ressona este Brasil infeliz pelas trevas do seu interior afora. Nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Suíça, na Venezuela, no Canadá, no Peru não há quem logre entender a confusa algaravia do nosso pedante vocabulário nacionalista.

Reputa-se o Brasil um retardado político que está renunciando a ci-

vilização, ao lado de quem pode promover a sua gente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Em matéria de civilização, nos aspectos fundamentais, a Europa realmente ultrapassou o Brasil, talvez em vinte e cinco anos, como diz V. Ex.^a. Justamente o nacionalismo surge em nossa terra como o remédio, que lhe permitirá recuperar esses cinco lustros perdidos. Considere o espírito brilhante do nobre colega que a interpretação nacionalista, como pode ser apresentada lá fora, dá lugar a deturpações. Quem disser, no exterior, que estamos com um nacionalismo à base do regime hitleriano ou mussoliniano, certamente causará espanto aos povos que não nos conhecem. Nosso nacionalismo, entretanto, não é este; nosso nacionalismo — a que V. Ex.^a poderá chamar tupiniquim indígena — é, de um modo geral, doutrina de recuperação e pretende apenas que o país se realice e realize os seus destinos. Esse nacionalismo é, de fato, construtivo; nada tem nem longinquamente, que se assemelhe a hitlerismo, mussolinismo, franquismo, salazarismo e outras manifestações políticas tendenciosas, repelidas pela democracia. Queira V. Ex.^a desculpar meu aparte, mas foi para esclarecer melhor o assunto, pela confusão que se pode estabelecer.

TORRE DE BABEL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Creio que não me fiz entender bem pelo nobre colega. O que estou combatendo é o nacionalismo exclusivista, supersticioso, destituído de qualquer substância material ou anímica.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Nossas línguas, no particular, são diferentes.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.^a diz uma verdade que não discute. Nosso país se acha em estado babilônico. Ninguém mais se entende. Um escritor francês acaba de escrever um livro delicioso: — "O Burro Republicano". É um episódio do governo civil na Vendéia, em 1793. Diz o romancista, explicando o próprio livro: — "Contei uma história. Pouco importa o sujeito. O que interessa é o objetivo: os objetivos eternos e simbólicos". A Torre de Babel, nobre colega é eterna e simbólica. Ela quer dizer anarquia, confusão, desordem; e os povos, falando línguas diferentes, e ninguém se entendendo. Aqui nem os povos de um só partido entendem as vozes de seus próprios aeroligionários.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sabe V. Ex.^a por que?

ENTURÇÃO DA AGRICULTURA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sei; porque vivemos quase todos Cubas. O galo Pileton, em "Les Saisons", de Pontisso, exclama: "Viver e sonhar são dois aspectos de uma mesma coisa".

Nós aqui sonhamos e pensamos que estamos vivendo. O ilustre colega chama a política brasileira de política de recuperação nacional. Esta, perdure V. Ex.^a a expressão, não passa de uma fantasia de visionários. No ano de 1938, segundo uma certa estatística que aqui tenho; só dois países na América Latina marcaram passo. Não marcaram níveis maiores de prosperidade: eles são a Argentina e o Brasil. Um e outro vivem pasteados da endemia do dólar

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sob que aspecto? V. Ex.^a pode encerrar determinados itens de prosperidade; está, portanto, na obrigação de indicá-los especificamente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em 1956 só o Bratá a publicação a que aludi: — "Comissão dos Estudos para a América Latina das Nações Unidas".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Vamos ver o que ela diz sobre a nossa produção do petróleo e do aço.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em 1956 só o Brasil e a Argentina não prosperaram.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E o petróleo? E o aço, que não tinhamos? Como não prosperamos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do aço, não vejo maior progresso. Somos uma nação de 55 milhões de habitantes, e temos um consumo de aço ínfimo. Volta Redonda tem mais de 15 anos, e ainda não produz 1 milhão de toneladas — o que mostra que não existe consumo, ou que não há força de iniciativa, não direi dos dirigentes da autarquia, mas do governo que a tem e que, como todo o governo, é um inibido.

Quer saber V. Ex.^a quão veraz é a estatística que apresentei à Casa, tenha a bondade de examinar na estatística a parte que se refere às vendas das indústrias de São Paulo, o ano findo e este. As vendas na produção se contam por bilhões, e isso por falta de consumo no interior. A crise na indústria têxtil é simplesmente aterradora, pela crise do poder de compra dos brasileiros. A nossa agricultura não está em crise — diz V. Ex.^a — mas a não ser o trigo e o açúcar que têm preços artificiais estabelecidos pelo governo, tudo o mais vegeta. Observe a Casa as curvas de produtividade dos produtos agrários no nosso país. Pade-se de fomento agrícola entre nós, e isto é uma irrisão. Feijão, arroz, batata inglesa, milho, mandioca, todos estes artigos se acham quase que paralisados aqui nos seus níveis de produtividade. Terra como como outro bicho qualquer. Que fazem os agrônomos no Brasil a fim de enfrentar a pauperização dos nossos solos e sua consequente erosão? Qual a política do governo de São Paulo, a fim de mitigar as consequências de uma perda de mais de 6 ou 7 milhões de toneladas de substâncias ricas das suas terras roxas e brancas que se foram barra à fora, imigrando sob a forma de café e cereais ou que se devoramos nós outros? Onde está a técnica nacional de recuperação dos solos cansados, para fazer-se aqui o que se faz em todo o mundo civilizado, onde a exaustão das terras se combate com massas de fertilizantes artificiais ou naturais?

Somos uma nação, onde ainda se vê a lavoura extensiva por toda parte. O tráfego minifundo do Nordeste, que um sistema cooperativos atenuaria, mas no qual ninguém pensa, exerce a pior influência sobre a produção e a qualidade da nossa agricultura naquele ponto do território nacional.

PERSECUÇÃO À TÉCNICA

E a água? Quem pensa em irrigação no Brasil? São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia — perdem bilhões de cruzados aos seguidos, com as consequências econômicas de seras periódicas, sem que de nenhuma administração, seja federal, seja estadual, parta qualquer plano de irrigação. Entretanto, neste país, ao contrário do México, onde se trabalha em grande escala em termos de irrigação, os rios caudalosos passam na porta de casa. A Índia, tal qual o México, executa um programa espetacular de irrigação das suas fontes agropecuárias, pela água dispensada à lavoura. Aqui nem se cogita de irrigação. Animais e...

prolongada, sem que existam da parte dos governos e particulares esquemas propiciadores de água às terras. Temos, nós outros, um serviço de irrigação por aspersão, em uma das nossas fazendas. Eu não tenho expressões para significar o que para o café, o feijão e o arroz da nossa fazenda "Rio Corrente", representa a modesta instalação de água que ali fez a firma Ottenblad, de São Paulo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E o petróleo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem os exaltados do nacionalismo, como V. Ex.^a, uma séria responsabilidade nas despesas colossais com óleo e seus derivados, que nos oprimam, do exterior. Defendo todo o dia a tese da livre iniciativa na pesquisa e na exploração do óleo, pela experiência que têm outros países, nesse terreno. A carga, em dólares, correspondente ao petróleo importado, já é hoje, superior às nossas forças. Esmaga-se a balança comercial com o peso de um ônus que se suporta em prejuízo de outros artigos essenciais às necessidades imediatas da nação. Insisto em dizer aos brasileiros que não vejo risco, no que diz respeito à questão da soberania, na entrega das fontes de óleo nacionais ao capital e à técnica estrangeiros. Recuso-me a considerar que os canadenses, os franceses, os ingleses, os espanhóis sejam menos patriotas do que nós, quando pesquisam, exploram ou refinam petróleo com recursos de outro país. Tenho pena de ver os meus compatriotas enredados numa trama soviética e nela esmaranhados como crianças de cinco anos. Neste drama ardente do petróleo só encontro um que acerta: o russo soviético. Porque ele suscita a xenofobia nas camadas intelectuais e populares aqui, excitando-as contra os nossos melhores amigos e aliados.

Victor Hugo declarava que Luiz Philippe se via profundamente perturbado, toda vez que tinha de desolir da sorte de um condenado à morte. Não é o meu caso.

O condenado à morte, na hipótese, é o Brasil, e eu me sinto vexado em deixá-lo sucumbir nas mãos de tão deploráveis e simplórios feticheiros. Será possível consentir em que este grande país continue a pauperizar-se, por que duas dúzias de energúmenos inocentes ou astutos, não sabem como tratar os seus problemas básicos?

A mácula do "petróleo é nosso" é a expressão máxima do delírio xenofóbico. Não se deve examinar o caso do petróleo, explorado exclusivamente pela União Federal, como um monopólio desta, senão em função de um estado psicológico mórbido. Este estado dá uma tina a força de sua penetração no público brasileiro, da sutil e admirável propaganda comunista no seio das Classes Armadas, no corpo de professores e entre a juventude acadêmica dos cursos superiores, assim como entre os ginásianos.

Ao contrário dos brasileiros os argentinos, em círculos do oficialismo, já entendem e opinam que a sua política do petróleo merece ser fundamentalmente revista. Sem embargo da deformação nacionalista, os melhores homens do governo, em Buenos Aires, e que constituem uma elite marcham, pelo menos no campo da pesquisa, em favor da entrega do vasto capítulo técnico à técnica estrangeira. E o que advoga o presidente Aramburu em entrevista concedida ao "Christian Science Monitor".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A elite a que o ilustre colega se refere, é uma elite muito desagradável.

PERÓLEO E PROGRESSO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em todo o caso, é a elite que não tem as mãos da ditadura

peronista, e que está levando a mal para os comícios livres; até entregando a atividade dos partidos. Ela organiza a comunidade do Prata na base, acesso garantido pelo executivo revolucionário, à soberania das urnas.

Se uma elite deste estof, civis desagradável ao poder, se-lo é a ciência de um democrata autônomo, o que não é o caso de V. Ex.^a.

O déficit da economia argentina, termos de petróleo, ora por treze milhões de dólares. O monopólio estatal supre as necessidades da economia doméstica, entre 40 e 45%. A Argentina procura petróleo, com capital e a técnica nacionais, há um século.

Nossa conjuntura petrolífera não é diferente. Agora o consumo anual, mais do que se tira do fundo negro dos poços do Recôncavo da Bahia, condições específicas em que opera o crescimento do emprego de óleo e seus derivados aqui, é para um mau negócio.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Aumento do consumo do petróleo indica de progresso. Há equívocos muito grandes nesta questão petrolífera.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário, o que existe e não é uma indubitável intervenção estrangeira para perturbar uma apreciação clara do assunto para resolvê-lo. Cusamos-nos trabalhar com as derivacões livres, ao lado das quais fomos duas guerras para dar crédito aos tendenciosos conselhos do imperialismo russo em ação na América Latina.

Quando ao trecho, o aparte ilustre Senador pelo Rio Grande do Norte acerca do incremento do consumo de gastos do óleo e seus derivados no Brasil, o que tenho a declarar, a este respeito, o que existe é desgaste de amadrontar dos recursos de combustível importado pelo país.

TRANSPORTE E PREÇOS

Praticamente o país não tem nenhuma mercante para o transporte de mercadorias ao longo do rio. Quase tudo se faz por frota de caminhões através das rodovias do interior.

Não sei de insensatez mais alvar que esta. O transporte por água, em toda parte, muitíssimo mais barato que os outros dois, por estrada de ferro e caminhão. O crescimento do nosso consumo de combustíveis líquidos vem em boa parte da troca cabotagem pelos transportes terrestres.

O Sr. Mem de Sá — A solução seria diminuir o frete marítimo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ele, de fato, em certas linhas, é mais caro do que o da estrada de ferro e o da rodovia. O que há de fazer, pois, é baratear o transporte marítimo, que custa os olhos da cara devido às tabelas de ordenadas e salários do seu pessoal. Para sentir o abismo para onde rola esta pauperrima nação de limitados recursos e horrores, é preciso, só lembrar que, no decorrer de dez bilhões de cruzados, o déficit ao Tesouro e as estraladas ferro, entre 14 e 15 bilhões. Como baratear um esquema de atividade marítima com os nossos instrumentos de transporte oceânicos e fluviais? Os dois partidos políticos apóiam mais funestos aumentos de despesa com o pessoal nos sistemas de transportes do governo, como outros os dois outros, ainda entregues à iniciativa privada?

O Sr. Mem de Sá — A culpa é dos partidos políticos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do governo, também; a verdade, porém, é que se o consumo do petróleo é devido, quase que exclusivamente à preferência de grande

de nossa carga pesada, dada aos caminhões em face das estradas de ferro, e dos vapores de cabotagem. Ora, isto é simplesmente um crime, que nenhum outro país do mundo chega a cometer. Há de um atentado contra as leis econômicas, individualmente nosso.

O Sr. João Vilasboas — De Vossa Excelência licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com muito prazer.

O Sr. João Vilasboas — Há não se aumento no pagamento de salários como também excesso de triplificação.

O Sr. Mem. de Sá — É uma coisa monstruosa.

O Sr. João Vilasboas — Em relação aos barcos estrangeiros é de três vezes mais.

RETROBRÁS E LÔNE

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Marinha Mercante brasileira é um dos elementos que estão encarecendo, do modo o mais funesto, a produção nacional. E a Petrobrás é outro.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Explique-se por favor, V. Ex.ª.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Uma das calamidades das Petrobrás são as guarnições dos navios da sua frota de petroleiros. A companhia tem todos os lados triplicados, em seus barcos, as tripulações que os guarnecem. Havia em Santos, faz poucas semanas, um petroleiro de 34 mil toneladas. É o maior do mundo, na classe à qual pertence. Está guarnecido por 45 pessoas. Mas os petroleiros da Frota da Boa Ventura, empregados no transporte do petróleo da Petrobrás, saem mar alto, à razão de 150 e 160 cabeças por unidade de 12 a 15 mil toneladas. E a legião de funcionários da companhia? Anda por 16 mil a lista do pessoal, ao que sou informado.

Queiram-se os latino-americanos de que os Estados Unidos não lhes adiantam recursos para pesquisar o óleo. Como poderá o governo americano, através dos Bancos com que ele supre esta parte do hemisfério de recursos para a expansão das suas fontes de produção, dar dinheiro a autarquias que o desbaratam pela forma ostensiva e criminosa como o faz o nosso monopólio petrolífero? No Departamento de Estado existe uma indistincta e justificada prevenção contra os países como este nosso, que revelam tendência para nacionalizar riquezas e serviços públicos, a fim de explorá-los por conta do Tesouro. Todas as investigações feitas em torno desse gênero de indústria, principalmente no Brasil e na Argentina, chamam a resultados muito pouco satisfatórios para as suas finanças. Não há quem tome a sério o argumento dos nacionalistas hitos, de que a pesquisa e a exploração do óleo, executadas por companhias estrangeiras comprometem a soberania daqueles países que as toleram.

Ora, acreditar numa patranha destas, fira não conhecer a delicadeza dos melindres de Estados como o Dominion do Canadá, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Espanha etc... Recomendações veladas chegam até o Rio e Buenos Aires, da parte das autoridades americanas, insinuando com que simpatia veriam o Estado, nessas capitais abandonar custosos empreendimentos, no campo industrial, para transferi-los à iniciativa privada. Do consumo em maior escala do petróleo, nos últimos anos, dimanou a convicção de um interesse mais inteligente pela sua pesquisa, exploração e refino através de entidades privadas, capazes de, como concessionárias, assegurar um rendimento muito maior do que mereço do Estado. Uma reação dessa qualidade, tem sido porém, desconhecida.

do fora das duas áreas mais povoadas do sul do continente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª, um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quixei com prazer V. Ex.ª.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Asseverou há pouco o nobre colega que nosso frete marítimo é superior ao rodoviário. Não posso contestar essa afirmação porque, tanto eu como V. Ex.ª, podemos estar equivocados. Desejaria, pois, que desse uma comprovação mais exata, nesse particular.

MONOPÓLIO E INCENTIVA PRIVADA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A informação que dei à Casa é exata. Não só no Brasil, mas em toda a parte do mundo, o frete marítimo é mais barato, muito mais barato que o rodoviário ou ferroviário. Nem é preciso fazer nenhuma demonstração nesse sentido. O caso escapa a toda controvérsia. É ali axiômático: O lençol líquido, marítimo, lacustre ou fluvial oferece condições para despesas de transporte muito mais módicas do que a terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A tese que V. Ex.ª ia afrontar, e da qual se desviou, talvez devido a nossos debates, era outra.

Pretendia V. Ex.ª demonstrar que, no Brasil, não está havendo progresso na produção petrolífera.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não! Não disse tal coisa. O que afirmei é que está havendo desperdício no consumo do óleo: emprego irracional dos combustíveis líquidos...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Esse é outro aspecto, inteiramente diferente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em virtude da incompreensão das autoridades administrativas, sobre as quais não exercemos no Parlamento o controle que deveríamos exercer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Isso é crítica política e administrativa, mas não fundamental à tese esboçada por V. Ex.ª.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que estou dizendo à Casa é que indispensável se torna ao Brasil, abandonar a série abundante de monopólios estatais e volvermos a trabalhar na base de concessões particulares. A economia nacional lucraria muito mais e com ela os usurários dos serviços públicos e o Tesouro, se abandonássemos desde já a metade pelo menos do regime de autarquias com que a ditadura de 30 e o Estado Novo infelicitaram e arruinaram o Brasil.

Não há maior desgraça do que o Estado explorar um serviço público de determinada categoria ao lado da iniciativa privada, trabalhando na base do regime de concessão, em serviço da mesma categoria.

Tome-se a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Ela é um primor de disciplina e de capacidade dos seus chefes em dirigi-la. Ela é o orgulho do sistema ferroviário brasileiro.

Está, entretanto, quase impedida de oferecer aos acionistas a rentabilidade que outrora tinha. Porque ao seu lado opera o Estado Federal, com a Santos a Jundia a conceder tais favores ao pessoal desta, que as finanças da Paulista se acham esmagadas pela pressão que o exemplo do oficialismo traz às relações que ela mantém com os seus empregados. Quem lá poderá acompanhar o Estado na desvairada competição de salários a que o poder federal se entrega, lançado entre nós, desde há vinte anos a esta parte? Hoje, ne-

nhuma estrada de ferro de concessão particular, poderá mais sobreviver no Brasil. Ela se encontra a toda a hora com os nós da estrangulamento da elevação dos salários, que o poder público concede sem discutir, uma vez que ele tem a solução emissionista para satisfazer a que os trabalhadores lhe pedem.

DESPERDÍCIO

Na Petrobrás, então, o regime de desperdício atingiu os limites da insensatez, mais delirante.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — A informação que vou prestar a V. Ex.ª me foi dada pelo superintendente da Petrobrás na Amazônia — comandante Fina Guimarães — e parece que esclarecerá e assenta em debate. Vossa Excelência não ignora que o lucro proporcionado pelo petróleo não está na busca, na prospecção ou na perfuração, porque isto são gastos, o lucro resulta de dois fatores importantes — o refino e a venda ou o comércio. Cada qual dando de lucro cinquenta por cento, ficou a Petrobrás com uma parte do refino...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Contra meu ponto de vista. Eu opinava que devia ficar com os cinquenta por cento.

O Sr. Gaspar Velloso — ...por que as companhias, que se estabeleceram antes da lei que concedeu o monopólio à Petrobrás, continuavam trabalhando e fazendo sua parte do refino. Dos lucros auferidos por aqueles que se dedicam, no Brasil, ao petróleo, couberam à Petrobrás apenas vinte e cinco por cento. E sabe V. Ex.ª qual o lucro desta empresa, no ano passado, só com vinte e cinco por cento do refino, sem computar os cinquenta por cento, que lhe caberiam do comércio? — um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros! Por aí aqulata V. Ex.ª e vê o Senado quando ganharam as companhias americanas que trabalharam no Brasil, com o refino e com o comércio do petróleo. Multiplique-se por quatro um bilhão e duzentos milhões, ganhos pela Petrobrás no ano passado, e teremos quatro bilhões e oitocentos milhões que foram retirados da economia nacional, tirados destes funcionários que nas companhias estrangeiras, como disse V. Ex.ª, ganham pouco. Os operários poderiam ter ganho muito mais do que atualmente, havendo ainda lucro razoável para a companhia que, subvencionada ou dirigida pelo Estado, se dedicasse à extração, refino, comércio e perfuração.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador). Respiro apenas o que disse mais de uma vez, nas minhas discussões com V. Ex.ª. Sempre entendi que mesmo a distribuição devia ser do governo, deva ser monopólio estatal; porque o lucro da companhia é parasitária.

ESTADOS E LUCROS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente, não me julgo com autoridade em cifras de lucros das empresas nacionais ou estrangeiras de petróleo, para dizer da segurança dos algarismos que o nosso caro colega Senador Gaspar Velloso vem de alinhar. O refino e a distribuição do petróleo oferecem os benefícios colossais a que se refere S. Ex.ª?

Muito bem. Mas neste caso, de quem a responsabilidade por um tal assalto a economia brasileira, se não do órgão estatal que fixa os preços do óleo e da gasolina tidos pelo poder público como gêneros de primeira necessidade?

Não há como fugir a este raciocínio: Se o Executivo federal determinasse, através de um aparelho como o Conselho Nacional do Petróleo, o preço das mercadorias em questão, aos vendedores de refinado, não assiste culpa para lucros comerciais, como o nobre Senador Gaspar Velloso declara, com que se têm eles beneficiado. Desde a administração Vargas, quando foi fundado o Conselho Nacional do Petróleo vem sendo exercido por homem de um ardido, e pugna patriótico.

A esse respeito tenho apenas um reparo a formular contra a política estatal do óleo: Vangloria-se a todo momento, o capitão da Petrobrás, dos vastos lucros que davam a Refinaria "Arthur Bernardes" e a de Mataripe. Ai está, ao que parece, a razão pela qual os refinados garantem a companhias privadas as vantagens, no comércio, de que se rala o nosso bravo colega paranaense. Trata-se de proporcionar boas margens de lucros ao Estado, indo, de cambalhada, com as refinarias do governo, as outras que não são estatais. Todos ganham na gameia comum, sendo a possibilidade dos lucros esboçantes, aos quais alude o honrado Senador Velloso, o Conselho Nacional do Petróleo, e só etc.

O Sr. Gaspar Velloso — Não é questão de prospecção!

PROSPECÇÃO E COLABORAÇÃO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Penso de modo contrário. As prospecções nada têm dado ao país fora do modesto campo balano. Por toda parte as perfurações feitas têm resultado negativo. Nem parece que com elas se incomode a comunidade da Petrobrás. O de que ela cuida é do refino, quase que apenas do refino. Não se interessa pelo crú, que lhe chega quase todo do exterior.

Não vejo o petróleo da Petrobrás preocupado em achar crú, no péssimo subsolo. Lelam-se os comunicados do monopólio. Noventa e cinco por cento são consagrados aos resultados alcançados com as refinarias, as quais trabalham, as do governo e as particulares (se excludamos Mataripe) praticamente com a matéria-prima estrangeira.

Por outro lado, não logro explicar a coragem dos responsáveis pelo petróleo em confessar de pronto lucros astronômicos da ordem que eles dizem têm "Mataripe" e "Arthur Bernardes", com um artigo essencial como o óleo e a gasolina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O erro da Petrobrás não é somente ela existir senão também o nacionalismo governamental entender que ela deverá existir sozinha, sem elementos auxiliares de um trabalho, o qual só pode ser executado na base da cooperação, aqui principalmente, em face da área que lhe cabe pesquisar. Quem é que diz que com os recursos técnicos e financeiros de que dispõe (conversão de cruzeiros em dólares, em hora de depressão da moeda como aconteceu agora) logrará o Brasil a termo do tão desproporcionada aventura para essas limitadas forças?

É o misticismo nativista o autor da suicida política isolacionista que aqui se leva a cabo para a tentativa de pesquisa e exploração do óleo. A fórmula sugerida pelo superintendente da Seção de Produção da Mataripe, no Recôncavo da Bahia, engenheiro Genesio Barroso, em conferência realizada no Fórum "Roberto Simonsen", de São Paulo, talvez seja desconhecida à Casa, mas está dentro do esquema proposto em 55 pelo Sr. Van Zeeland e recusado de plano pela administração Café Filho.

Devo dizer, aliás, que a estrutura desse plano fora concebida em 54 pelo Sr. Vicente Ráo. O notável Ju-

discurso, então ministro do Exterior, estudou a hipótese de a própria Petrobrás contratar com firmas estrangeiras, a participação delas na pesquisa e perfuração de poços. Posso afirmar que a Argentina, com o governo Aramburu examina idêntica hipótese com a "Yacimientos Petrolíferos", a sua caricatura da exploração de óleo. Declarou-me o Sr. Vicente Rão que a lei que criou a Petrobrás não contraindica em qualquer dos seus artigos o contrato, que o engenheiro Genesio Barroso igualmente sugere.

A TESE DE CONTRATO

É dos mais empolgantes o estudo do Dr. Genesio Barroso, pela lealdade e a sinceridade com que abordou o tema, o qual mais irrita este touro bravo, que é a parte da opinião pública escravizada ao slogan comunista do "petróleo é nosso". A tese do superintendente da Produção de Mataripe, é a que melhor consulta o interesse nacional dentro da espessa treva do jingoísmo indígena. Ele se bate pelo auxílio técnico de fora, ante a nossa conjuntura, que nega e colaboração estrangeira nas etapas da pesquisa, exploração e refino do petróleo.

Esta ridícula plataforma eleitoral, levantada pela covardia de todos os partidos, nega o que o resto do mundo livre pensante, afirma e faz.

Proporcione aqui uma singular revelação da opinião de Vargas, quanto ao contrato de firmas estrangeiras com a Petrobrás. Ele se mostrava simpático a essa fórmula, convicto que era intimamente, de que o Brasil, sozinho, não tinha jeito para dar solvabilidade ao problema do seu petróleo.

Não sei se a Petrobrás ganha dinheiro, como diz o seu superintendente, fora da exploração dos refinatórios. Não ganha nem pode ganhá-lo. Duvido muitíssimo. Sendo uma autarquia fundada e explorada com recursos do contribuinte, ela se excusa de prestar-lhe maiores informações. Trabalha como um negócio hermético, que não deve satisfações a quem quer que seja. Tenho notícias de fonte insuspeita, de que a exportação do óleo parafinado traz um déficit de cinco dólares por tonelada. De outro lado, não é segredo que a Refinaria Presidente Bernardes, refinando o petróleo de origem balana, sofre prejuízo. Ali teve a Petrobrás que fazer instalações especiais para o refino do artigo nacional. Por sua vez os oleodutos tiveram que ser submetidos a tratamentos especiais, para fazer o transporte do óleo parafinado. Disse-me um industrial de São Paulo, que se absteria de continuar queimando óleo de parafina do Recôncavo. Esse óleo ataca por demais as caldeiras.

CONTROLE TOTAL

A Petrobrás é uma empresa que, a certos respeito, está fora do âmbito de um negócio de natureza econômica. Seu honrado presidente, a conduziu antes como um partido político, de substância jacobina e alcoviteira dos comunistas, do que como uma companhia de petróleo, destinada a pesquisar e encontrar petróleo.

É e está ufano porque (alga) a Petrobrás ganha dinheiro, quando ganhar dinheiro não será função de nenhuma empresa preposta, em seus primeiros passos, a pesquisar e fixar campos petrolíferos. Chefe de um negócio autárquico, o staff desse monopólio estatal se atrai contra as empresas refinadoras de índole privada, e agora o seu cabrion é a Companhia Docas de Santos, à qual não dá tréguas. Quer o presidente da Petrobrás, por todos os meios, o controle total do cru que desembarca em Santos, e, para conseguí-lo, lança através de

sua imprensa e pelo seu rádio dirigidos, uma campanha de descrédito contra uma sociedade brasileira para exploração de um porto, das mais organizadas do país. Se fossemos uma nação de juízo, teria o governo, nas Docas de Santos, jovens engenheiros, fazendo o aprendizado da administração e da técnica portuárias. O que se tem de bom aqui, como empresas privadas, funcionando em ordem, não é muita coisa. Pois, agentes do poder público se atiram contra este pouco, no propósito de aniquilá-lo. É preciso que se tenha idéia assaz medíocre das realidades de uma verdadeira segurança nacional, do ponto de vista da gestão dos serviços públicos, para delegados federais, colocados num campo de atividade da importância do petróleo, desenvolverem esforços negativos no plano da sobrevivência das empresas de utilidade coletiva.

Considero que o agente do governo que mexer na Companhia Docas, com o intuito de debilitá-la financeiramente, é um funcionário apenas impatriota.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência, um aparte.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — Não concorda V. Excia. que, para a economia nacional, seria de inestimável vantagem a construção do terminal marítimo? É um problema da economia nacional contra os interesses das Docas de Santos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas os interesses das Docas são a meu ver tão respeitáveis quanto os da Petrobrás. As Docas são um serviço público sério, enquanto a Petrobrás não passa de uma aventura, dirigida por chefe que conhece o petróleo pela rama.

O Sr. Mem de Sá — É o único que me preocupa no caso, o interesse nacional. Não me refiro à conveniência ou não.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que se sabe é que a obra já executada representa dois milhões e meio de dólares de um empréstimo feito pela Standard Oil à Companhia Docas de Santos para a dragagem do canal.

O Sr. Mem de Sá — Até companhias estrangeiras têm interesse, porque esse terminal significará tal economia de despesa, que seria uma inversão altamente financiável.

TERMINAL MARÍTIMO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não acredito. A Petrobrás sempre foi dirigida por homem de tão ardido jacobinismo que não posso supor haja passado pela cabeça de nenhum o propósito de servir ou de ser agradável à Cia. Docas. Aliás, há uma carta do Sr. Raul Fernandes ao senador Juracy Magalhães; não sei se s. excia. já leu no Senado esse documento.

O Sr. Mem de Sá — Já.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois bem, meu caro colega, por essa carta v. excia. conclui que o terminal fica muito mais caro.

O Sr. Mem de Sá — Todas as nações têm aspiração de construir o terminal marítimo. Ele está para a questão portuária da mesma forma que o oleoduto está para os transportes ferroviários. O terminal marítimo significa economia enorme de tempo e operação. A própria Standard Oil terá interesse em financiá-lo. Pagar-se-á por si em poucos anos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Petrobrás esteve até hoje nas mãos de um chefe que a estremeia. Se ele adotou a solução do canal, em terra, contra o terminal em alto mar,

não terá sido para se compor com os interesses próprios da Cia. Docas. Foi na gestão do coronel Levy que a companhia discutiu e assentou, por escrito, o acordo sobre o assunto. A mim, leigo na espécie, custa crer houvesse s. s. cometido voluntariamente um erro apenas para satisfazer conveniências da Companhia Docas de Santos.

O Sr. Mem de Sá — Não sei, absolutamente, a quem cabe o erro...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Se é que houve.

O Sr. Mem de Sá — ... não o estou imputando a ninguém; afirmo, porém, ser conveniente à economia nacional a construção do terminal marítimo em Santos. Se tal empreendimento fere interesses particulares, não importa; esses devem ceder, diante do benefício geral do país. É uma questão de economia nacional.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite v. excia. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem a palavra o digno representante do Rio Grande do Norte.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Formulou v. excia. há pouco, pergunta a que gostaria de responder: — com que direito o povo brasileiro, ante a perspectiva talvez de uma guerra, encarava o problema do petróleo da maneira por que o faz?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não foi o povo brasileiro quem tomou as diretrizes antieconômicas que estão aí, senão mandatários transviados dele. Amanhã, dentro de uma terceira guerra mundial sem jazidas próprias de combustível para nos abastecer, pode-se avaliar o que nos acontecerá.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Retomando o fio do debate — de que fugimos — para trazê-lo, justamente, ao ponto em que o orador assentou suas premissas, respondo: haveremos de ter o óleo amanhã, com o mesmo direito que tivemos na primeira guerra, que nos encontramos desajustados e desajustados. O Brasil não quer mais ser surpreendido nessa posição. Criamos a Petrobrás, porque queremos resolver, nacionalmente, o problema do petróleo.

O Sr. Mem de Sá — Justamente essa a resposta.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois ela é fraca. A Petrobrás, até hoje, não descobriu um litro de petróleo. Nova Olinda será abandonada hoje ou amanhã. É um poço frustrado que não dá rendimento.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas dele saíram alguns milhões de litros, até agora.

O Sr. Mem de Sá — O orador exagera, porque só um poço de Nova Olinda já produziu mais de um litro.

NOVA OLINDA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quando o senador Cavalcanti declarou que de Nova Olinda jorravam milhões de litros de petróleo é que a excelência emerge de uma leitura ansiosa de Wells ou Julio Verne. Está parando o poço que se encontrou faz ano e meio. Por que? Que o fez parar? Há um mistério, em torno disso tudo é quanto afirmo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O senador Gaspar Velloso foi lá, e pode explicar.

O Sr. Gaspar Velloso — Um litro só eu trouxe de Nova Olinda que está funcionando. São testemunhas de que Nova Olinda funciona os senadores Mem de Sá, Francisco Gallotti, Ezequias da Rocha, Ss. excias. viram jorrar petróleo, esfregavam as mãos com o precioso líquido. Não estamos

mentindo! Nós vimos; ninguém nos disse.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Jorrando óleo, em condições de rendimento econômico?

O Sr. Gaspar Velloso — Com capacidade econômica, ainda não.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Que adianta descobrir petróleo, sem poder dar-lhe rentabilidade? Informações hauridas, em boas fontes, nos dizem que a foz do Madeira, pelo que se apresenta até aqui, é um episódio encerrado. O dr. Lynch cogita de abandonar a região, preferindo ficar na costa. Nem se explica que, com os modernos processos de pesquisa, dos nossos dias, um lençol petrolífero empregue os homens e equipamento de que dispõe a Petrobrás. Salvo se ele é de alto rendimento. Existe algo, não direi de póbre, mas de fracasso, naquele reino da Dinamarca equatorial da Amazônia.

O Sr. Mem de Sá — V. Excia. está sendo injusto, no caso.

FONTES DE DIVISAS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Injusto, não. Encaro a verdade com frieza e tomo os fatos, como eles são. O Brasil precisa ter petróleo de pressão, para enfrentar a situação precária em que ele se encontra. Hoje, exportamos menos do que antes da última guerra, e nossas necessidades de divisas são cada dia maiores. De novo, só existe de ponderável, na balança comercial, o manganês do Amapá, com 43 milhões de dólares (este ano começa) e o do Urucum, o ano vindouro, com 30 ou 35 milhões. Em quase tudo o mais descemos a ladeira.

O frenético interesse pela industrialização mata, no espírito primário de um povo como o nosso, o interesse pelas matérias-primas brutas ou vegetais que são as fontes de divisas habituais das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Vivo clamando, preocupado com a sorte dos nossos minérios, porque mais os truncamos aqui dentro, mais os dois mundos industriais, o europeu, e o americano, os buscam lá fora, e procuram satisfazer as suas necessidades, explorando outras jazidas, fora do campo brasileiro.

Na Alemanha e na Inglaterra, ouvi, faz poucos meses, que em uma importação ao redor de 75 milhões de toneladas de ferro, de que carece o mercado europeu e americano, a contribuição brasileira não era de mais de dois por cento. Esta é uma definição da limitada capacidade de prever da nossa gente de elite. Tendo o Brasil, como tem, um mercado de hematita do mais alto teor, que custava o haver um nosso governo federal aceitar alguma das quatro ou cinco propostas que recebeu este país para a construção de estradas destinadas ao transporte exclusivo do minério de ferro do quadrilátero de Minas aoitoral?

Política de Exportação

Com tanta e tão prodigiosa hematita vamos ficar reduzidos à categoria de marginais dos supridores de minério de ferro ao mundo. Venezuela, Turra Nova, a Congo Belga todos chegaram antes de nós. Cruzam-se os braços no caso dessa fonte de receita cambial, quando o comércio externo do Brasil entra a regredir assustadoramente.

Não se tem capitais para desenvolver o território, e se combate o capital estrangeiro que poderia ajudá-lo a erguer a sua prosperidade.

A Venezuela nada em ouro. Já em perto de onze bilhões, andam os capitais de fora, ali empregados. Sessenta por cento desse dinheiro é norte-americano. Só a pequena Holanda tem mais 27% e a Inglaterra, 13%. Não

existe um patriota na Venezuela se queixando de que a sua soberania está ferida pela presença dos bilhões de dólares, florins e milhões de libras, que constroem a grandeza do seu edifício industrial e do seu edifício agrícola. Só o minério de ferro lhe proporcionou dólares pela venda de dez milhões de toneladas. Que triste figura fazemos com as nossas miseráveis vendas de minérios, ao redor da casa de dois e meio milhões!

Se há um país que tem fome de divisas é este nosso. E fome de divisas para importações surpreendentes, como a do bacalhau, que o Brasil poderia pescar, junto com Portugal, que já se prontificou a nos levar para Terra Nova de Garupá. O bacalhau tem tido anos de tomar mais de 20 milhões de dólares. Se há no planeta o "harakiri" é o Brasil com os seus matutos nacionalistas. "kamikases". Não culpo o Senador Mem de Sá pela sua desvariada paixão pela Petrobrás. Ele é filho de província agrícola-pastoril. Não contempla a face da nossa miséria de cambiais, como o sentimento, nós outros, que vivemos em São Paulo industrializado.

O Sr. Mem de Sá — Este é outro problema. Estou de pleno acordo com V. Exa. É preciso que importemos tudo o de que necessitamos; mas isso depende, principalmente, da exportação. V. Exa. tem sustentado, brilhantemente, essa tese, com a qual — repito — estou plenamente de acordo. Precisamos, no entanto, de aumentar a exportação de minérios, de matérias-primas, de mamona, de cafés finas, etc. Vendendo bastante, teremos, em abundância, o com que comprar. O outro problema encarado por V. Exa. — o da exploração da Petrobrás no Amazonas — sabe o nobre colega que, mesmo no Oriente Próximo, onde houve condições excepcionais de rápida produtividade, a localização, a prospecção e a perfuração, como, aliás, em toda a parte do mundo, consumiram anos de pesquisas.

CIDADE E CAMPO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estou convencido, de que V. Exa., pelo que vem de dizer, compreende o drama de indigência do comércio exportador do Brasil, depois que o progresso fabril nos fez tanto crescer internamente, e com a descompensação que aí vemos: as cidades guarnecidas de milhões de habitantes e o interior empobrecido em face do desinteresse dos governos pela sorte dos campos. Haverá porventura maior infortúnio para uma nação do que a decadência das duas maiores lavouras que poderão abastecer-lo de cafés de qualidades para os mercados importadores: a de São Paulo e a de Minas?

O café dá tudo ao Brasil e o Brasil não dá nada ao café. Deveria constituir a lavoura o maior serviço social nacional nosso, pelos seus fins e as suas características. Não tem o Brasil, não tem os brasileiros senão uma medíocre consciência da vida rural, sobretudo no que toca ao café, ao cacau e ao algodão. Na atual situação econômica do nosso país, o café constitui a expressão máxima da riqueza. E, entretanto, ele não é objeto de um trabalho de maior densidade, por parte das administrações, nacional e provinciais, no sentido de lhe dar o progresso técnico sedimentado que reclama o seu papel na economia da Nação. A campanha dos cafés finos tem, de fato, contado com o poder público federal. Mas ela por si só, isto é, com o prêmio de uma melhor cotação para os cafés de qualidade, não basta. A escola rural é chamada a desempenhar um papel nas comunidades agrícolas, de que não se dão conta os governantes deste país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas não se contesta nada disso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E tampouco que a Amazônia não tenha petróleo. Já o dizia, no começo do século, G. White, no Relatório que escreveu sobre o carvão do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Esse geólogo americano foi o primeiro a admitir a existência de lençóis petrolíferos na Amazônia.

O Sr. Mem de Sá — Exatamente!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todavia os testes até aqui levados a efeito, não foram satisfatórios.

O Sr. Mem de Sá — A região amazônica é de tal imensidão que não se pode fixar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O óleo seria encontrado no Rio Madeira, disse-me, uma vez, o Dr. Plínio Catanhede, quando era presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

O Sr. Mem de Sá — Todos dizem o mesmo. A região reúne todas as condições aparentes da existência de petróleo. A fixação, porém, do mapa geológico daquela imensidão, para localização dos poços pioneiros, exigirá de qualquer empresa, quer da Petrobrás, quer de qualquer organização estrangeira, não dois anos como estamos pedindo para a Petrobrás, mas, logicamente, oito, dez ou vinte. Se a Petrobrás, dentro de vinte anos, realizar qualquer coisa no Amazonas, fará o que nenhuma outra empresa, possivelmente, faria, por falta de interesse lucrativo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, em vinte anos teremos pago aos "trusts" internacionais mais de dez bilhões de dólares, por conta do petróleo que não achamos. Assim fez a Argentina, há 50 anos.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. parte do pressuposto de que as companhias estrangeiras realizariam, em dois anos, a industrialização do petróleo. Pode afirmá-lo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em dois, não digo. Mas se tivermos petróleo comercial, estou convicto de que aquilo que a Petrobrás fará em 50 anos, elas lograrão em cinco. O Canadá, comparado conosco e a Argentina, oferece a prova do que digo à Casa.

O Sr. Mem de Sá — Por que? RECURSOS E TÉCNICA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Primeiro, porque as grandes empresas privadas possuem recursos, e isto é tudo, ao lado da técnica.

O Sr. Mem de Sá — Mas, teriam interesse?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todo, pois o mercado doméstico oferece muitos atrativos.

O Sr. Mem de Sá — Sou pelo capitalismo do Estado apenas em matéria de petróleo; fora disso, sou pela livre empresa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não parece ante a ingênua confiança na Petrobrás do ilustre colega. Nenhum perito em petróleo, na Europa ou nos Estados Unidos faz crédito à Petrobrás, justamente pelo fracasso de precedentes monopólios no México e na Argentina.

O Sr. Mem de Sá — O ilustre colega, ainda há pouco, deixou escapar o que talvez não desejasse: que há superprodução de petróleo no mundo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quem poderá contestá-lo? Só um lólo, depois da descoberta dos lençóis do Texas, do Canadá e do Oriente Médio, dirá o contrário.

O Sr. Mem de Sá — Se há superprodução, que interesse teriam as empresas estrangeiras em investir milhões de dólares para descobrir mais?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Peço por empréstimo o tacape do nobre chefe tupiniquim, Senador Kerginaldo Cavalcanti, para pôr na cabeça do nobre tribuno aqui presente um argumento, que será o suficiente para alvoroçar a índia assanhada da nossa maloca senatorial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Deixei que um guaicuru tomasse o meu tacape.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está de acordo com as tradições de seus ancestrais.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E as do Rio Grande igualmente: o gaúcho é outra natureza de impeto.

O Sr. Neves da Rocha — Dá o nobre orador licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Queremos ouvi-lo.

O Sr. Neves da Rocha — Estou ouvindo V. Exa. debater o assunto petróleo...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como leigo.

O Sr. Neves da Rocha — Absolutamente!

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A clava do baiano vai chegar muito em tempo. Sei onde quer chegar. Pode ferir, Senador!

O Sr. Neves da Rocha — Ouvi o nobre orador declarar que, segundo alguém, se o Brasil der petróleo, será do Amazonas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — G. White, o abalizado mineralogista, que Lauro Müller "importou" para estudar o carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em seu relatório declarou que esse carvão só servia para ser queimado na boca da mina.

O Sr. Mem de Sá — E, entretanto, melhor do que o japonês.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não diga V. Exa. um tal absurdo científico! V. Exa. não conhece o carvão japonês. O Japão, realmente, possui o pão negro em pequena quantidade — vinte e sete a trinta milhões de toneladas de extração — mas ele é um combustível de primeira ordem. Quanto ao nosso é sofrível para ser queimado na boca da mina. O Rio Grande oficial já pretendeu explorá-lo fora da órbita estadual, e foi uma imensa calamidade para o Brasil.

PANORAMA

O Sr. Mem de Sá — Esse o grande erro.

O Sr. Neves da Rocha — Permite o nobre orador que complete meu aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O tempo é todo do ilustre colega.

O Sr. Neves da Rocha — Ouvi V. Exa. dizer, citando grande geólogo, que o petróleo do Brasil somente surgirá do Amazonas. Esse geólogo, porém, não sabe que o subsolo da Bahia vem dando petróleo, há muitos anos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Produção estimada em oitocentos milhões de barris.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Cálculo exagerado.

O Sr. Mem de Sá — Trezentos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Trezentos de recuperáveis.

O Sr. Neves da Rocha — No ano passado, tive oportunidade de dizer ao Senado, com dados estatísticos em mãos, que, no começo do ano, a produção de petróleo era de cerca de sete mil barris diários e em setembro já atingia vinte e cinco mil barris.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já é de trinta mil.

O Sr. Presidente — (Fazendo soar os timpanos) — Nas vésperas de deixar o Senado, seria um prazer, para todos nós, que o nobre Senador Assis Chateaubriand pudesse ocupar a tribuna, independentemente da exigência regimental do tempo. Infelizmente, porém, devo comunicar a S. Exa. estar a esgotar-se o prazo de que dispõe.

O Sr. Mem de Sá — (Pela ordem) — Sr. Presidente requero a V. Exa. atendendo ao desejo geral da Casa, tão bem manifestado pela palavra autorizada de V. Exa., consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que possamos continuar ouvir o nobre Senador Assis Chateaubriand em debate de tão alto proveito para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Mem de Sá, em que solicita prorrogação da hora do expediente, a fim de que o Senador Assis Chateaubriand possa concluir seu discurso.

Os senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, agradeço ao Senado e ao meu impiedoso antagonista, o nobre Senador da legião libertadora do Rio Grande do Sul, a renovação do tempo do qual careço, para concluir as sumárias apreciações que tinha que fazer a propósito do nosso mercado de matérias-primas. Basta que ele seja gaúcho como eu, para sermos ambos modeladamente tolerantes e homens da terra.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. não é gaúcho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vivi quarenta anos com os mineiros e com eles, aprendi tolerância, isenção e serenidade — que são também as armas do ágil esgrimista, que me assalta, neste instante.

O Sr. Mem de Sá — E nada disso adiantou ao nobre colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Oh! Muito, muito!

Não conheço pessoalmente o Sr. M. J. Rathbone, atual residente da Standard Oil de New Jersey. Estava eu, no entanto, em Milão, o ano passado, quando ele deu uma entrevista, que é um modelo de precisão, sobre o panorama do petróleo no mundo e, especialmente, na América Latina. Dizia o Sr. Rathbone que o mundo se projetara para esta parte do hemisfério, na esperança de encontrar nela o petróleo na proporção produzida pela Venezuela. A intensidade do aumento do consumo gerara no espírito de norte-americanos, ingleses e holandeses — responsáveis pelos empreendimentos petrolíferos de porte mundial — a idéia de uma expansão nesta parte do continente de Colombo, das suas pesquisas em procura do ouro negro.

Isto acontecia no começo da quarta década deste século. No Canadá, aliás, não se encontraram ainda vestígios do óleo cujos horizontes só aflorariam na *prairie* de Alberta, no ano de 1947. Argentina e Brasil, em lugar da atitude normalmente compreensiva da Venezuela e Colômbia, se contrariaram, ante o convite de povos que em plena guerra contra o despotismo totalitário, davam o seu sangue para que nós mantivéssemos os nossos níveis de independência e de soberania.

CONSUMO E PRODUÇÃO

No Oriente Médio prosseguiram as pesquisas ali feitas pelas oito grandes companhias detentoras do campeonato do óleo, no mundo. Essas investigações chegaram a resultados animadores erificou-se que o Oriente Médio produzia 4, 5 e até 6 mil barris diários, por poço. Só Kuwait, no Golfo Pérsico, produz 55 milhões de toneladas por ano.

Com as reservas do Oriente Próximo, que necessidades tinha mais o mundo livre, o qual pensava em termos de abastecimento do Ocidente e do Oriente, da contribuição lucidosa do Brasil? Aqui nada se achava de interessante a não ser o lençol ralo do Recôncavo. Agressivos, os nacionalismos governamentais argentino e brasileiro, nada permitiam sequer aos wild indígenas, quanto mais a empresas estrangeiras, dedicadas ao óleo. O que os Estados Unidos, Venezuela e Oriente Médio produzem, hoje, como cru supera todas as necessidades presentes dos povos industrializados da terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É preciso fazer um pouco de história a respeito desse assunto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ousaria esperar da tradicional flibusta de V. Ex.^a um minuto de atenção, enquanto concluo as considerações que venho fazendo. Depois, todo o tempo vai pertencer ao illustre colega. Veja a Casa o que representa o Oriente Médio para a Inglaterra, que ali tem investidos mais de 550 milhões de esterlinos. Se o perdéssemos — dizia o Senhor Mac Millan há pouco, no Parlamento — o golpe equivaleria ao mesmo que se a Grã-Bretanha fosse sacrificada da sua Royal Navy.

SUPERPRODUÇÃO

Tem aí a Casa a razão pela qual ingleses, americanos e holandeses se batem, com tamanho denodo, para barrar o avanço do imperialismo russo sobre as águas quentes do Golfo Pérsico.

Está claro, assim, que como mercado abastecedor de mercados mundiais, o Brasil como a Argentina, deixaram de entrar nas cogitações das grandes companhias produtoras de óleo. Um e outro voluntariamente, deliberadamente, consentiram em perder a sua hora. O trem passou e eles se recusaram a apanhá-lo pela ridícula vaidade de tomarem nas mãos um negócio para o qual não dispunham de dinheiro nem de técnica. Hoje, o óleo superabunda na face da terra. Existem no Oriente Médio poços descobertos e logo a seguir fechados, tal a abundância do campo em que eles se encontram, e a carência de ordens, do consumo, para utilizá-los.

Mas, mesmo assim, tivemos outra chance, já descoberto e explorado o petróleo do Oriente Médio. Foi quando ocorreu o episódio de Suez, e, até mesmo um pouco antes, isto é, quando o Egito e a Rússia entraram a se mostrar indóceis em relação à quase exclusividade anglo-americana das explorações do petróleo na Ásia não-eslava.

Era a hora para quebrar-se entre nós a tese pueril do monopólio. Era o momento usado para atrair mil catas e grandes empresas internacionais e entregar-lhes as devidas concessões. Temos tanto que explorar e tão pouco com que o fazer! A excitação anti-colonial atingiu, no Oriente, o seu ponto crítico. Os grupos estrangeiros do petróleo em Londres e Nova York e Amsterdam

traduziam a inquietação reinante no ocidente consumidor, renovando os propósitos de se estabelecerem em países democráticos, onde massas e elites não se deixassem nacionalizar pela demagogia nacionalista, hoje filha dileta da demagogia soviética.

Debalde, porém!

Os árabes permaneceram hostis e estúpidos. E nós e os argentinos, prosseguimos envenenados e idiotas. Insiste-se em mostrar o perigo do imperialismo do petróleo, nos Estados Unidos e na Europa, e a incompatibilidade com o princípio da soberania nacional da exploração e produção dessa riqueza pelo capital de fora.

Não se compreendeu que as ameaças russas facilitavam as discussões para a entrada de dinheiro em bases mais liberais. Os novos acontecimentos nos encontraram empacados, e empacados ficamos, com a frente baiana, que não passa de uma questão de propaganda nacionalista.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a é demasiado otimista. Depois do Oriente Médio ser descoberto pelo imperialismo petrolífero, o desinteresse pelo Brasil para algo de sério, se tornou evidente.

O NOSSO MERCADO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Concordo em parte, com V. Ex.^a. No entanto, acontecimentos posteriores à descoberta dos riquíssimos campos eram para modificar a nossa posição; se tivéssemos capacidade para raciocinar com cabeça fria acerca das necessidades do Brasil. Queiram-se aqui os navios nos nossos portos ou navegando por nossa costa, davam para nós enriquecer, ainda que não hasteassem a bandeira nacional brasileira.

A cegueira nativista nos tolhe de ver este outro aspecto da questão: que o mercado interno cresce incessantemente. Mais estradas de rodagem se abrem por esse interior agora, mais aumenta o volume da importação de gasolina e de óleo. Neste caso, tem o Brasil um mercado doméstico que em dez anos andarão por volta de 300 milhões de dólares, qual a companhia mundial de óleo que não aspira deixar-se ficar, por qualquer preço num país que tem o mercado, mesmo o que já existe no Brasil?

Veja a Casa que diabo solto que é o óleo quando a gente resolver fr procurá-lo e ele por toda a lei se esconde.

Tem a Petrobrás, desde a administração do Coronel Janary Magalhães no Conselho Nacional do Petróleo, um técnico de primeira ordem. E o Sr. Link uma autoridade mundial. Este especialista já virou e mexeu de norte a sul, sem haver descoberto como petróleo comercial, nada digno de apreço. Ele trabalha no Estado que representa nesta Casa. Há dois anos, em Balsas, teve esperanças de encontrar óleo. Assustava-o, contudo, a distância em que estava do litoral. Que fôramos fazer no mercado internacional com o óleo do vale do rio Balsas, a exigir um pipeline de seiscentos quilômetros de extensão para alcançar o mar, quando em Maracáibo o petróleo está no fundo do oceano?

PRODUÇÃO DA BAHIA

O Sr. Mem de Sá — Só se o campo fosse excepcionalmente rico...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Talvez nem assim.

O Sr. Mem de Sá — ... a ponto de produzir mais de duzentos mil barris diários. Ai seria econômico.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não sendo técnico no assunto, esquivo-me de opinar acerca do custo de produção do óleo em tais condições. Mas o que posso continuar a dizer à Casa é que prevenções nacionalistas, fechadas dentro do monopólio estatal do petróleo, são peculiares aos povos fracos, sem confiança em si próprios, subdesenvolvidos e débeis as suas elites sobretudo do ponto de vista moral e mental.

O Sr. Neves da Rocha — V. Ex.^a nobre Senador Assis Chateaubriand, permite agora termine eu o aparte há pouco iniciado?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como não. A trama pálida da minha oração só se enriqueceu com o trabalho dos bilros de V. Ex.^a.

O Sr. Neves da Rocha — Formulei pergunta que ficou sem resposta. Sabe V. Ex.^a, porventura, se esse geólogo White ignora...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ignorava, pois já está morto.

O Sr. Neves da Rocha — V. Ex.^a cita fatos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O relatório deve ser conhecido.

O Sr. Neves da Rocha — Sabe V. Ex.^a, que não é somente no Amazonas onde poderá surgir petróleo, assim como não ignora que a Bahia há muitos anos, desde a exploração em Lobato, iniciada pelo Sr. Oscar Cordeiro...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Conheço-o. Foi o autor da pesquisa.

O Sr. Neves da Rocha — ... vem dando ao Brasil petróleo, do bom.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do bom, precisamente, não. É um petróleo refinado e por isso mesmo de difícil trato entre nós.

O Sr. Neves da Rocha — Mas é petróleo; e existem, ainda, os subprodutos.

O Sr. Gaspar Velloso — O bom, mesmo, é o de Nova Olinda.

O Sr. Mem de Sá — Também tem parafina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exas. falam do inexistente Nova Olinda continua em termos de charada, sem conserto. Nova Olinda é uma sentença condenatória da precipitação do presidente da Petrobrás.

O Sr. Neves da Rocha — Dizia eu que revelei, no ano passado, desta tribuna, com muita satisfação, que na Bahia no início do ano, os poços petrolíferos estavam produzindo sete mil barris diários, produção que em setembro, do mesmo ano subiu a vinte e cinco mil barris diários. Agora, de acordo com elementos que tenho em mãos, a produção atingirá a trinta mil barris diários. Parece-me índice bastante expressivo de que a Bahia está produzindo petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O fato não significa senão a depredação das reservas limitadas do Recôncavo.

O Sr. Neves da Rocha — Passar de sete para trinta mil barris diários não significa aumento de produção?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O lençol do Recôncavo deveria ficar como um campo petrolífero limitado ao consumo local.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Peço permissão para fazer um pouco de história sobre o assunto. Sabe V. Ex.^a que o petróleo funciona em razão do capital; e este se caracteriza, em matéria de petróleo, pelo nomadismo. Não ignora o nobre colega que o primeiro objetivo foi o

México; depois, quando as condições desse país se tornaram deficientes, convém ao capitalismo internacional que o petróleo surgisse na Venezuela.

PETRÓLEO NA VENEZUELA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Meu nobre colega, a Venezuela tem petróleo desde o século passado, sem jamais, em tempo algum, com qualquer que fosse o seu governo tivesse querido por de lado o concurso do capital de fora para pesquisá-lo e explorá-lo. O general Gimenez foi um patriota como, no assunto petróleo, não existe outro do seu porte.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Como o trabalhador da Venezuela, aquele tempo, tinha um padrão de vida inferioríssimo ao do México, o capital deslocou-se desse país para a exploração na Venezuela. Posteriormente foi para a Ásia, onde, como não ignora V. Ex.^a, existem grandes mananciais de petróleo no Kweit e no Irã — e o estado de civilização econômica é realmente dos mais precários do mundo. Em matéria de petróleo, portanto, o capital é sempre nômade. Nestas condições, não pode ser aplicado no Brasil, onde o operariado goza de vantagens justas; e, ao contrário do que V. Ex.^a assevera, não se sujeitaria aos miseráveis salários pagos aos trabalhadores petrolíferos do Kweit, na Arábia Saudita e de outras zonas de petróleo do mundo. V. Ex.^a sabe que isso é um fato.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Permitto-me alegar contra tantos argumentos do nobre colega, um só: o capital não se deslocou voluntariamente do México para as explorações de petróleo na Venezuela. Foi o jacobinismo mexicano estreito, antidemocrático, quem o pôs compulsoriamente fora das fronteiras do país. Por que tanto se desenvolveu a Venezuela na expansão petrolífera, ali ao lado do México? É que este perfilhou a tese bárbara do monopólio do Estado, enquanto a Venezuela embarcou no "caminho da vida", da livre empresa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a não está com a verdadeira história.

BUCROCRACIA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas não existe outra. O México trocou a livre empresa, com a liberdade de movimentos e o poder de iniciativa que ela tem, por estas duas pragas: o monopólio estatal e o nacionalismo vesgo. O fato econômico, porém, é inexorável. Na Venezuela, a livre empresa matou um monstro com todas as suas cabeças, que é o Estado dono do óleo, plus o Estado monopolizador do negócio. O estado fabricante e o Estado distribuidor.

No México, é como no Brasil: o vampiro estatal é o empresário que se acha presente às diferentes fases em que se desdobram as operações do negócio do óleo para sugar o sangue da economia coletiva. Esta presença se exprime por uma entidade devorante, que se chama burocracia, a qual é responsável pelas vicissitudes por que passa o petróleo no México e no Brasil. A Casa bem sabe o que seja a mortalidade burocrática com as suas travas fiscais, em um país atrasado, como este nosso. Nada anda, porque nada pode andar. A responsabilidade se dilui no corpo de uma administração tão numerosa, tão incompetente, tão emperrada, que, quando se chegam a violar os segredos que ela entesourou, o pobre consumidor está exangue.

As formas criadoras de vida foram violadas, trucidadas — eu diria — em benefício de ninguém, se não existisse dentro dos monopólios burocráticos uma burocracia que tanto tem de voraz quanto de alheia às

condições peculiares, às condições especialíssimas da indústria do óleo. A consciência dos que vivem estranhos a assuntos da natureza do petróleo, desconhece toda a extensão do mal que se faz a um povo, arrancando um empreendimento como o da pesquisa e exploração do petróleo, do dinamismo da livre empresa para fiscalizá-lo nas petas do saurio estatal.

CAMINHO DA DITADURA

A experiência universal do Estado-empresário está feita, e feita com três povos que dele ou desembarcaram ou forcejam por desembarcar.

Os Estados Unidos, com Roosevelt tentaram a marcha para uma socialização contra o qual o próprio gênio do povo americano reagiu, para acabar tirando a lepra do organismo da sua economia. Outro tanto, fizeram e continuam fazendo, os ingleses, após o tráfego trabalhista. Por último, os alemães, que, após a restauração da sua soberania estrangulada sob a ocupação, se fizeram, com êxito, desconhecido, ao mar largo de um suntuoso liberalismo econômico.

O que é decisivo em tudo isso é que, num país onde partido e máquinas burocráticas não estão aptos para governar, pretendam, mercê do arbitrio e das paixões demagógicas, alcançar o controle de uma indústria como a do petróleo, que a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha, Portugal se abstêm de tomá-lo.

Conheço de perto a Alemanha. Ali vivi, ali estudei e ali trabalhei. Ela possui um núcleo de administradores do Estado que é o mais culto, o mais capaz e o mais honrado da Europa. Nem a "gentry" inglesa se lhe poderá comparar. Pois, contando com esse fator, ou seja, o de uma autêntica dinastia de funcionários de primeira ordem, dos mais altos "standards" de competência profissional, o IV Reich abdicou do petróleo na força da iniciativa privada! Abriu aos americanos e aos ingleses as fronteiras da nação para que a Esso, Standard e a Royal Dutch Shell tenham as maiores e as melhores refinarias da Alemanha Ocidental. É um investimento, somados os dois, acima de trezentos milhões de dólares.

Bato-me, Senhor Presidente, fundamentalmente contra a apatia, contra a indiferença dos partidos políticos brasileiros (inclusive o meu) diante da aborção de tantas atividades do corpo econômico do país pelo Estado, porque na marcha em que vamos, com mais dois ou três anos, acabaremos de novo numa ditadura. Pois já não está montada uma inquietadora ditadura econômica? Que significa Lloyd, Costeira, ferrovias, Vale do São Francisco, Vale do Amazonas, Bacia do Paraná, parque rodoviário, portos, siderurgia, alcaça controle do cacau, café, açúcar, tudo ou quase tudo no punho onipotente do Estado? Que será dessa máquina estatal levitânica, enfeixados tantos e tão oníscios poderes no braço de um militar vocacionalmente talhado para o exercício do poder pessoal?

Encontro a democracia em perigo, e esse perigo é obra de bisinhos democratas descaídos.

O Sr. Mem de Sá — Eu também.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Senador Assis Chateaubriand, temos a frente nacionalista. Admita V. Exa. a ela e será um grande elemento na defesa dos interesses do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O presidente da República é um democrata, em cuja defesa todos devemos desarmar. Não sei se a Casa se recorda de que S. Exa. abandonou a Prefeitura de Belo Horizonte, quando o Sr. Getúlio Vargas deu o

golpe de 1937. É um florão da sua carreira de homem político.

O Sr. Mem de Sá — Agora ele abandonou até a Presidência da República (Riso).

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há homens que pretendem incompatibilizá-lo com a opinião pública; eu desejo compatibilizá-lo com a democracia, mostrando na insistência com que se bate pela frente nacional o seu propósito de robustecer o regime, pela união sagrada dos republicanos em torno dele.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Libertemo-nos do capitalismo internacional, parasitário. Esta é que deve ser a bandeira nacional.

"DEFICITS" GIGANTESCOS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Que artista lírico que é o meu amigo. Sem o capitalismo internacional é que estaremos liquidados. A Índia, porque perdeu a confiança dele, está em sérios apuros. Sei de fonte limpa, que o Pandit Nehru não faz outra coisa hoje, senão volver-se para o lado do capitalismo norte-americano, a fim deste ajudá-lo a resolver os seus problemas internos e que são grandes. Os dois planos quinquenais resultaram em dois calvários para a Índia, justo porque os hindus, imaturos, tanto falaram em nacionalismo e socialismo que acabaram não encontrando onde achar dólares nem rublos para pô-los na caixa de um Estado que gritou fora de tempo.

— "Marcho para um regime de socialização da minha riqueza!"

Não foi dos mais seguros o negócio que os hindus fizeram com esta frase imprudente e destemperada.

Quanta matéria-prima se cria neste país para fazer o bar do Estado totalitário! Existe, no Brasil de hoje, este incrível paradoxo: são os partidos políticos, são as forças democráticas que se constituem em bases da ditadura. São eles que, voltando as costas às suas maiores responsabilidades, fazem marchar o povo e as Classes Armadas para as concepções do Estado Forte, do Estado Ditatorial, do Estado Cezarista. Quem coraça o Estado — na mais lógica contradição com o modelo de regime que adotamos — dos poderes imensos dos recintos fantasmagóricos de que os democratas brasileiros enchem o seu Estado Federal que poderá esperar do povo amanhã se não que ele se deixe fascinar pela personalidade de um Homem Providencial que seja o equivalente da Onipotência legal, cunhado pelos seus líderes civis?

Quero chamar a atenção dos meus illustres pares só para estes dois casos: do orçamento federal de despesa, que está em curso, para o ano de 1957, no mínimo atorze ou quinze bilhões correspondem ao déficit das estradas de ferro; e, de dez a onze bilhões, ao déficit do Lloyd e da Costeira. Esse dinheiro, representando a quarta parte do orçamento federal da despesa, e que provém de operações sanguinárias feitas no contribuinte, destina-se a retribuir serviços de funcionários autárquicos, aos quais o Brasil não pode, mas absolutamente não pode pagar, com moeda sé.

Só emitindo, e emitindo bilhões, ou seja fazendo a monstruosa inflação que aí temos, e pela qual são responsáveis Congresso, Executivo e plebe!

Palestrava, há dias, com dois coronéis da Loja que sustentou o Senhor Juscelino Kubitschek para se empossar, depois de eleito, reconhecido e proclamado pela Justiça Eleitoral e dizia-lhes:

— "Amigos, de capa e espada. O restaurante tem-lo pronto. As despesas estão sortidas de excelentes vitualhas, licores e vinhos genero-

so, toucinhos, perus carnudos e ricos de farofa por dentro do peito. O Banco do Brasil prestimoso, com 51% dos créditos, dispensados só ao comércio, à indústria, à lavoura. Os tesouros de quase todas as províncias nele pendurados. Não há touro bravo de uma ditadura melhor engordado. Tirem os sacalhões e comam. A mesa está para os senhores e mais ninguém."

O Sr. Mem de Sá — V. Ex. faz propaganda muito perigosa.

ESTADO FORTE

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu não. O partido de V. Ex., que vota aqui junto com o meu, tudo o de que carece um candidato ao governo pessoal para só se enfiar no figurino que lhe é cortado por irrepreensíveis alfaiates democráticos.

Não ponho maior bravura no que digo. Ao contrário, não passo de um coelho assustado. Formulo o diagnóstico de um doente de gigantismo.

O Sr. Mem de Sá — Na ditadura V. Ex. precisa ser um tigre e não um coelho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A fortuna, porém, dos nossos democratas, que engordam a onça que deveria comê-los e ela não aparece no meio desta selva escura, na qual se transformou o Brasil. O glútilo, que era para sentar-se no restaurante, e fazer um repasto servido pelo dono das malocas democráticas, esse não aparece de jeito nenhum.

A chave de abóbada da desvairada política brasileira, feita por loucos de Albano, só poderia ser esta: uma ditadura. Entretanto, os que poderiam tirá-la do estaleiro em que ela está, a bem dizer construída, se obstinam em não ir buscá-la, dar-lhe tripulação e ganhar o mar alto.

Estranha democracia! São políticos que tudo envidam para perdê-la, e são os militares que a protegem e que a salvam dos golpes, para os quais os democratas a têm preparado! Se é no dirigismo onde se ceiam os candidatos à ditadura, entre nós o dirigismo existe, o providencialismo está à vista, e a raça dos pretendentes não aparece nem na fimbria do horizonte distante. E o clima aí se encontra, azul, todo azul, preparado pela nata dos democratas. Este nosso Congresso envolve a maior das contradições com o nosso orbe.

A gente desembarca na Alemanha, como me tem acontecido tantas vezes depois da República de Bonn. Conversa com o ministro da Fazenda, o da Educação, o dos Transportes, e observa neles um indistigável e capital desprezo pelo intervencionismo mica dos dias que passam, se funda estatal. É que a democracia germânica livre-empresa, no poder da iniciativa individual.

O Ministro do Comércio da Alemanha, um dia em Wiesbaden, me disse:

— "Aqui chegam todos os dias pessoas do ultramar, pedindo que façamos o nosso comércio, nesta ou naquela direção. As vezes, sentimos dificuldades em lhes explicar que hoje na Alemanha, o comércio livre..."

O Sr. Mem de Sá — Nunca, porém, como no atual governo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nunca, é preciso também que se diga, com maior colaboração das forças oposicionistas.

O Sr. Mem de Sá — V. Ex. põe muita ênfase no ataque à oposição e passa desatado a mão sobre a ação do governo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não tenho dois pesos e duas medidas. Procuro ser um reeducador de todos: governo e oposição. Permita-me lembrar a V. Ex. que o são fi-

do, quando se votou na Câmara, monstruoso orçamento que V. Ex. conhece, fui dos poucos que o combateram na imprensa e aqui.

Não experimento maior constância em confessar as encarnações de divergências de doutrina e de organização nacional em que me encontro com os meus próprios correligionários.

O Sr. Mem de Sá — Mas V. Ex. põe tanta ênfase no ataque à Oposição e passa a mão sobre a ação do governo.

POSIÇÃO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não é exato. O nobre colega argumenta com uma ponta de malignidade. Acuso, pelo depravado nacionalismo que anda por aí tanto o governo como a oposição. Ambos teriam a mesma responsabilidade pelo estado de coisas em que caímos. Getúlio Vargas não tivesse tido idéia de recuar do nacionalismo e que mergulhámos, não tendo sido nisso seguido pela oposição. Ao contrário, foi ela quem lhe tolgou os passos para que ele não viesse a desenvolver, em 51, uma política mais compreensiva e mais patriótica do óleo. A História fará justiça a Vargas mostrando que, em dado momento, ele quis arripiar carreira, conciliando-se com o capital estrangeiro a iniciativa privada para dar depressa petróleo ao país.

O Sr. Mem de Sá — A posição de V. Exa. é muito curiosa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada de curiosa tem a situação em que me coloco senão limpa e honesta.

Meus amigos claudicam?

Crítico-os.

O Presidente erra?

Dirijo da substância dos seus erros, em voz alta, desta tribuna, em que apoiei tantas vezes, nos dias difíceis da sua carreira. Julgo, na hora atual, o Sr. Kubitschek prisioneiro de testes com as quais sabe ele que não concordo. Quem poderá dizer que eu haja recalado as divergências em que me encontro do Chefe da Nação?

O Sr. Mem de Sá — V. Exa., tem posição curiosa: é pessedista e petebista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agora, sim, observo que V. Exa. tem vocação para totalitário. Não logra atinar com a coligação que representa na Casa. Foi eleito pelo Maranhão numa chapa lançada pelo PSD e pelo PTB.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. é comum de dois, como o Sr. Getúlio Vargas, que fundou o PSD e o PTB.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Perdão! A Áustria, democracia das mais avançadas e melhor orientadas do mundo...

O Sr. Mem de Sá — Vamos ficar no Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — ...emprega a nossa mesma fórmula há doze anos. E com que sucesso! Foram os comunistas varridos dos comícios austríacos, pois os trabalhadores se uniram, como aqui, aos conservadores.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa., repito — é comum de dois, de PSD e do PTB, responsável pelo governo que aí está, pois o ajudou a eleger-se.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E continuo ajudando; mas tenho medo de V. Exa. que, de braço dado aos comunistas, em alianças espúrias com eles, estão fazendo mal ao país.

O Sr. Mem de Sá — Nunca esteve no poder e V. Exa. já imagina como seria.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como foi, refilico. No governo Café Filho, o partido de V. Exa. era um partido oficialíssimo. Agia em planos políticos e administrativos, em coligação com outras facções.

O Sr. Mem de Sá — Bem; isto agora é com o Senador Villasboas.

O responsável

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Senador Villasboas é o oposto da natureza ranheta de V. Exa. Ele tem as nobres virtudes da tolerância que V. Exa. só possui escassas.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está promovendo confusão para não me ouvir. O PSD e o PTB — ambos Partidos de V. Exa. — elegeram e sustentam o Sr. Kubitschek. Este é responsável pela estatização progressiva em que nos encontramos, e Vossa Excelência vem reclamar da oposição.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Porque a oposição, por atitudes inequívocas, apoiou o Presidente nesse terreno e eu não cesso de lhe oferecer combate, visando a chamar o Chefe do Governo ao bom caminho.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Nesse ponto contesto. O Sr. Juscelino Kubitschek não é responsável pela estatização progressiva do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não chego a tanto. A verdade, porém, é que perus e Estados, ele só gosta de os ver gordos. Por outro lado, o Presidente adora a oposição. Afaga-a mais que aos três partidos que o elegeram. Eu me encontrava no estrangeiro e vi de lá, membros da oposição sentados à sua mesa, no Guanabara. De resto, estou longe de criticar a oposição por isso. O contrário é que fora para a gente censurar.

Gosto dos homens públicos que se agitam, que perturbam, pondo em febre sadia o ambiente da vida política.

O Sr. Mem de Sá — Viva a perturbação!

O Sr. Neves da Rocha — Dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Voltando à existência do petróleo na Bahia — porque não tive oportunidade de apertar V. Exa. — queria que me informasse, na sua opinião, existe esse petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acredito que exista, por pouco tempo. No Recôncavo os lençóis estão longe de ser ricos. Os poucos, ali, não era para serem perfurados nas condições de intensidade em que o está fazendo a Petrobrás.

O Sr. Neves da Rocha — Em nome do Estado da Bahia, cujo subsolo é explorado há dezoito anos...

O Sr. Mem de Sá — Há trezentos milhões de barris por tirar.

O Sr. Neves da Rocha — ...assevero que há petróleo na Bahia. Providencialmente me veio às mãos agora a ordem do dia com os projetos que vão ser debatidos amanhã, entre os quais aparece o de n.º 87, de 1957, da Câmara dos Deputados, "que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000 destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro no Lobato, Estado da Bahia" (com pareceres favoráveis das Comissões).

O Sr. Mem de Sá — De acordo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu chamaria à Bahia, do ponto de vista petrolífero, Campos Novos dos "Pocinhos", porque ela possui

vinte, cinqüenta, setenta poços minerais.

O Sr. Mem de Sá — Mas ter uma reserva de trezentos milhões.

O Sr. Neves da Rocha — São vinte e cinco mil barris diários.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não são assim tão numerosos.

O Sr. Mem de Sá — Há o campo de D. João, em plena exploração e que pode ser aumentado; o de Catu, cuja reserva não está definida, e ainda as Alagoas do senador Ezequias.

O Sr. Gaspar Vellozo — E também o Paraná — não esqueçam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A aliança da Bahia com o Rio Grande do Sul dá que falar, sem embargo dos dois chefes de governo domésticos serem, espíritos largos, e emancipados em matéria de nacionalismo.

O Sr. Neves da Rocha — A Bahia une-se ao Rio Grande do Sul, como a qualquer outro Estado, quando tem que defender seus interesses e os do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não sei se os nobres colegas já leram o livro de Max Weber, sobre as causas da decadência de Roma e do Império.

O Sr. Mem de Sá — Não vá dizer que foi a criação da Petrobrás. (Riso).

O EXEMPLO DE ROMA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Império Romano não caiu só pela falta de determinadas substâncias químicas, que lhe enfraqueceram o solo e debilitaram-lhe as populações, mas também, pelas guerras sucessivas, em que se converteram suas atividades externas.

Os Estados antigos tinham apenas, como força de produção, as lavouras e os pastos. A indústria mineira era pequena. Muito acanhada a dos metais. Estado era uma cidade com um pouco de pecuária, trigo e centeio, em torno dos seus muros. Apenas Roma é quem possuía o sentido imperial da sua grandeza. Ela se projetava para fora das suas lindes.

A convicção dos leigos é a de que o Império foi morto pela presença dos bárbaros que lhe invadiram as fronteiras. Entretanto, a morte do Império e a queda de Roma vem de dentro, antes de lhe chegar de fora. Afé que entra a grandeza de César, na lucidez do seu gênio político.

César já havia de tal modo sentido que o Império Romano só poderia rejuvenescer e revitalizar-se em função das contribuições dos bárbaros que, quando olhava para aquele Senado em decadência, para aquela nobreza caduca, para aqueles bisonhos tribunos da plebe, lançados a uma demagogia petrobrasiana, exclamava: — "República é apenas um vocábulo, uma palavra". Com esta sentença, o soldado historiador acentuava o ocaso da sua civitas.

O Sr. Mem de Sá — Serve muito o raciocínio de V. Exa. César devia ser presidencialista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O estilo de César irritava profundamente a Cícero e aqueles homens dotados do poder da palavra. Eles pensavam que o Império Romano podia ser governado com o verbalismo de uma oratória despejada, dentro do Senado, e não com a força da vontade, a contenção, o pulso e sobretudo, com a imaginação e a fantasia de César.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. defendendo Hitler e Musso-

lini, está sendo até nacionalista, no sentido que dá ao nacionalismo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A destruição do Império parte dos próprios romanos. Esses é que são os assassinos da própria pátria. Introduziram a anarquia, dentro dos muros da sua cidade e, quando o Império cresceu, nas proporções que sabemos, se mostraram incapazes de abarcar a ideia imperial, e sentir-lhe a importância e a responsabilidade. Quando Alexandre Severo toma conta do poder, em Roma, das legiões romanas, já tinham desaparecido os romanos. Eram elas constituídas de bárbaros, mas de bárbaros que enxergavam o Império. O que faltava a esses eram as elites, era a aristocracia que fizera a grandeza de Roma. Os bárbaros tinham corpo, mas lhes faltava cabeça. Só tinham cabeça de capitães.

Sr. Presidente, não tenho medo dos americanos, não receio os ingleses, não me acobardo dos argentinos.

O Sr. Mem de Sá — Eu também não!

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Receio, nobre senador, Assis Chateaubriand, o americano, mas no sentido do capitalismo absorvedor.

O Sr. Mem de Sá — Todo capitalismo é igual; o brasileiro é tão nocivo quanto o americano.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Hoje, no mundo, o capitalismo se reduz ao norte-americano.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ando apavorado é com os brasileiros.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Eu, dos americanos. Confesso que tenho pavor dos americanos; e, sobretudo, do capitalismo da América do Norte.

ECONOMIA LIVRE E DIRIGIDA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Verdade vos fará livres, disse Jesus. E nós não temos a coragem de proclamar a grande verdade, que é a economia livre. Perfilhamos a mentira de uma economia dirigida, a qual não guarda nenhuma relação entre o que temos e aquilo que podemos fazer. Em função do dirigismo econômico, apresentamos no Brasil uma situação artificial, sem maior correspondência com as bases fundamentais dos recursos de que dispomos. A quanto nos forrarmos se tivéssemos aptidão para volver ao regime da economia livre que é o imperativo máximo do Brasil na hora que passa. São imprevisíveis as consequências econômicas, políticas e sociais de um regime de moeda aviltada, de inflação destruindo bem-estar, prosperidade e riqueza dos brasileiros.

A estrada que tomamos é a da servidão. Estamos à mercê de qualquer tirano que se projetar no cenário nacional.

O Sr. Mem de Sá — O despotismo de desabar sobre nós há de vir sob a chefia do Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O presidente, a tal respeito, não oferece maior risco. Ele não gosta da política. É um renunciante dela. Perigo, quem o envolve, são, por exemplo, os desabusados parlamentares da família libertadora, que não passam de genuínos liberticidas.

O Sr. Mem de Sá — O meu chefe está preparando a emenda parlamentarista para salvar a República.

PLANO EDUCACIONAL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Diz-se que quando o Senhor desista de manter um político em país latiro, fá-lo parlamentarista. Onde

é que o parlamentarismo deu certo na América ibérica? Se o Parlamentarismo que nos oprime, sob o regime presidencialista é o que sabemos, façase ideia do que vai ser sob uma ordem de coisas parlamentarista. Estou no Congresso, faz, perto de sete anos e não assisti até hoje, um debate sobre a educação.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. perdeu a oportunidade de discutir o assunto. É tão senador quanto nós; é tão apaixonado pela matéria, que poderia ter aberto o debate. A necessidade, de formação de valores universitários em nosso país se impõe de todos os lados.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É indispensável encontrar dentro ou fora do Brasil, um regime educacional para se formar a nova juventude deste país. Os hindus dão bolsas para estudantes irem estudar na Inglaterra. Nós deveríamos organizá-las para a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Carecemos de e elaborar cursos de aperfeiçoamento entre os americanos, os europeus e os japoneses. Lembrei a ideia de cursos de extensão a notável homem de indústria do Rio Grande do Sul e ele concordou comigo.

O Sr. Mem de Sá — Ótimo. Estou de pleno acordo com a ideia.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Concordo com a ideia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O homem superior a quem sugeri a lembrança dos cursos de extensão nos Estados Unidos foi o Sr. Rubem Berta. O diretor-superintendente da Varig imediatamente entendeu o programa que eu lhe traçara. Cinco mil rapazes, só a Venezuela os tem nas universidades americanas.

ECONOMIA DE MATÉRIAS PRIMAS

Nossa cultura política é o que pode haver de rançoso, atrasado e rotineiro. Dizia há pouco o Sr. Tancredo Neves que a Constituição deveria proibir o acesso ao Parlamento, aos cargos de maior responsabilidade do Executivo, de homens destituídos de conhecimentos econômicos e financeiros. Neste momento, sou alvo de uma campanha de imprensa e de rádio, porque procuro estimular a nossa economia de matérias primas para suprimento dos mercados industriais do ultramar.

— "Que mau brasileiro! — exclama-se. Pretende entregar as matérias primas do país para o edifício industrial de outros povos, quando nós as poderíamos beneficiar dentro do território nacional!"

Não conheço concepção mais alvar. Se ela revalcesse, os Estados Unidos teriam que entenciar a sua posição de supridores de matérias primas, como o algodão e o tabaco, às fábricas da Europa.

Reconheço que um povo produtor de matérias-primas é um país que tem sérios percalços. Haja vista o próprio caso dos Estados Unidos, com crises a bem dizer permanentes com o seu algodão, dada a disparidade das condições econômicas em que é produzido este artigo no mundo inteiro. Quantos países paupérrimos o plantam e o colhem em circunstâncias capazes de venderem a sua produção no mercado mundial pelos baixos custos com que ela é trabalhada. Tem o mundo plethora de várias matérias primas, como o algodão, que países de padrão de vida inferior, como Paquistão, o Egito e o próprio México, fazem produto de resistência à sua economia.

Nada mais trágico do que sugerir, em horas como estas, a fixação do Brasil num grande mercado de matérias primas tropicais. Como têm sido drásticos, penosos e movediços os preços desses artigos, nos mercados

consumidores! Economias nacionais subdesenvolvidas, destituídas de resistência financeira, elas se vêem na contingência de suportar as consequências da instabilidade dos seus níveis de preços.

A nossa experiência de café, desde o convênio de Taubaté, mostra o que são as violentas flutuações das cotações das matérias primas. Dir-se-á que essas flutuações também as sofrem as regiões industrializadas de fato.

Sou o primeiro a reconhecer o seguinte aspecto da economia de matérias primas, de resto, é bem verdade, mais próprio dos países subdesenvolvidos do que daqueles de um processo de industrialização avançado. As matérias primas são muito mais sujeitas às flutuações de preços que os artigos manufaturados. Essa é, porém, uma contingência da liberdade econômica.

DEFESA DE PREÇOS

A não ser ocasionalmente, é que os países produtores de matérias primas se reúnem para defendê-las contra a deterioração dos preços. Haja vista o plano Stevenson na terceira década deste século. Os holandeses ficaram de lado, porém malgrado isso, no princípio tudo parecia que iria dar certo. Contudo, de dado momento em diante, o plano entrou a se desmoronar. A existência de um produtor, como eram os holandeses na Indonésia, não era um fato desprecioso. Por outro lado, os americanos consumidores, de Akron, receberam com inextricáveis reservas o sistema da valorização britânica. Coincidindo a execução do plano, que já recebia a aberta hostilidade de americanos e holandeses, com as consequências da crise mundial, em 1929 a sua estrutura já fendida, estava malograda.

Depois do plano Stevenson os três planos do café, do trigo e do açúcar são os sistemas clássicos de planificação de preços, dentro de uma estrutura articulada por muitos Estados. Nenhum deles tem tido o êxito que esperavam os produtores dessas matérias primas. Há sempre os que ficam de fora, diante do pool do açúcar. Somos o segundo produtor de açúcar de cana do planeta, e essa situação nos conferiu o ano findo um poder econômico para perturbar mais de uma vez a estabilidade dos preços.

O Brasil é hoje um "free lancer" perigoso e tão ameaçador, que Cuba nos comprou aqui bastante açúcar para revende-lo mais de uma vez, por preços abaixo do que ela pagou.

No caso do cacau, somos o oposto. Sentamo-nos na colheita última, em cima da nossa safra temporária resistimos. Coincidiu a nossa atitude com o atraso e a redução das safras africanas. Desse modo levamos a melhor.

Esses os percalços das matérias primas que soem desforrar da sua condição elementar, nas épocas de

crise mundial, suscitadas pelas guerras.

TENDÊNCIAS ATUAIS

A última guerra, a da Coreia, determinou um boom de matérias primas, de curta duração, mas que se apresentou em virtude da perspectiva que se abriu de um terceiro conflito mundial.

Mas o que vale a pena frisar é que os países mais inteligentes, que têm âmbito de matérias primas vegetais e brutas, na sua área de influência, já entram a constatar, que não é negócio as suas fábricas trabalharem em regime de aviltamento das cotações desses produtos. Jornais ingleses, há poucas semanas, acentuavam que a redução do comércio de todas as matérias primas, minerais e vegetais, nos últimos tempos, não é negócio para as nações que as industrializam. Aparentemente, quedas dos preços nos países subdesenvolvidos, parecem aproveitar a nações manufatureiras. Isso, porém, significa tomar a nuvem por Juno. As nações de sólida aparelhagem industrial, como os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a Inglaterra, a França, são as primeiras a sofrer as consequências de uma depressão, como a têm hoje os países primários. Logo, se reduz o poder aquisitivo dessa economia o que quer dizer uma influência reflexa, automaticamente se estabelece entre o poder de compra dos agrários em face dos manufatureiros.

Pior do que isso: economistas americanos e ingleses consideram que as depressões generalizadas se iniciam pela crise das matérias primas minerais brutas e dos produtos agrícolas.

Desejo com esta breve interpretação do curso do mercado de matérias primas comprovar que hoje exista uma atmosfera de precaução nos centros da indústria mundial, interessados em mitigar os efeitos da quebra dos preços das matérias primas. Por outra palavra, não existem mais riquezas em exploração isolada. Os meios das indústrias não têm interesse em bloquear o das matérias primas.

Os norte-americanos são hoje os campeões, na área interna da União, de um princípio de certa nobreza: qual o da paridade dos preços entre os dois mercados, o primário, de matérias primas, e o mais desenvolvido das manufaturas. E' para este princípio que tende evoluir o resto do mundo, e isso abre melhores perspectivas aos produtores de matérias primas, peculiares aos seus solos e climas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Que Deus ouça este amaciamento da dureza do capitalismo industrial.

CAPITULAÇÃO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Brasil, Senhor Presidente, é governado por uma geração que não está à altura dos problemas políticos e administrativos para os quais vem sendo chamada a encarar e resolver. A capitulação ante o poder

econômico do Estado é um convite ao despotismo antidemocrático. Uma nação que também segue este caminho e está acabada, é a Bolívia. Há poucos dias, li esta frase aterradora do Presidente Suazo: "Obreiros da Bolívia: tendes entregue e industrializada pelo poder público oitenta por cento da riqueza produtiva da nação".

Sabe a Casa quanto custou até hoje esta política de industrialização de um país pelo poder estatal? O déficit do orçamento federal, que era de noventa bilhões passou a 205 bilhões. Dadas as proporções é o mesmo preço que estamos despendendo para a estabilização do Brasil.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Por que não se usa, no caso, uma cubata africana? Seria preferível. Nossas condições são profundamente diferentes das que apresenta a Bolívia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada significaria o fato, se estivessem em causa as nossas bolsas. Será, porém, pouco agradável se tivermos que pagar a demência que por aí anda com a nossa independência, a nossa liberdade e, também com o poder, que tivemos até ontem de reger a nossa sociedade dentro de um ritmo seguro de livre iniciativa.

E' para este ponto que eu ousaria chamar a atenção dos nossos quatro maiores partidos políticos, pelo consentimento alvorçado que todos oferecem à capitulação da ordem republicana diante de um Estado-leviata, que nos devora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas não tínhamos razão para nos opor; eramos uma sub-colônia; vivíamos no sub-colonialismo. Estou em desacordo com V. Ex.^a. Isso foi no passado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada pode ser tão perigoso à paz do que ver abater todo o dia o seu crédito.

Perón comandava a Argentina através do Estado de La Nación e do Banco do Comércio.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) Comunico ao nobre colega que está extinguido o tempo de que dispunha.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço a V. Ex.^a Sr. Presidente, a longanimidade de que deu prova para comigo. Isso é uma prova de tolerância a qual demonstra que o Estado Forte que nos ronda não contém ainda V. Ex.^a, republicano dos dias belos idos e vividos de 89. (Muito bem; Muito bem; Palmas. O orador é muito cumprimentado).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 6 — DE 11 DE MARÇO DE 1958

Nos termos do art. 40, item III, combinado com o art. 20, nº 14 da Resolução nº 4, de 1955, resolve des-

ligar o Oficial Legislativo, classe O, Mécio dos Santos Andrade, da função de Chefe da Seção de Administração da Diretoria das Comissões e designar para substituí-lo o Oficial Legislativo, classe N, Renato de Almeida Chermont.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Luis Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 1, DE 1958

O 1.º Secretário designa, nos termos do art. 2.º da Resolução nº 3, de 1958, o Oficial Legislativo, classe O, desta Secretaria, Mécio dos Santos Andrade, para exercer a função de seu Secretário Particular.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

PORTARIA Nº 2, DE 1958

O 1.º Secretário designa, nos termos do art. 2.º da Resolução nº 3, de 1958, a Oficial Legislativo, classe M, Natércia Silva Sá Leitão, e o Auxiliar Legislativo, classe J, João Pires de Oliveira Filho, para exercerem as funções de Auxiliares de seu Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

PORTARIA Nº 3, DE 1958

O 1.º Secretário designa, nos termos do art. 2.º da Resolução nº 3, de 1958, o Redator, Símbolo PL-6, desta Secretaria, Caio Cesar de Menezes Pinheiro, para exercer a função de seu Oficial de Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

PORTARIA Nº 4, DE 1958

O 1.º Secretário, nos termos do art. 2.º da Resolução nº 3, de 1958, e de acordo com a indicação feita pelo Líder da Minoria, designa para o Gabinete de Sua Excelência os seguintes funcionários desta Secretaria:

Para Secretário Particular

João Alfredo Ravasco de Andrade, Oficial Legislativo classe O;

Para Oficial de Gabinete

Eleonora Duse V. Noronha Luz, Bibliotecária, padrão PL-7;

Para Auxiliares de Gabinete

Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo, PL-6; e Benedita Pinto Arruda, Oficial Legislativo, classe N.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1958. — Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

